

ULISBOA

The cover features a monochromatic blue color scheme. The background is a photograph of a person walking through a modern architectural space. The walls are made of horizontal wooden planks, and a brick wall in the distance has several small, rectangular light fixtures. A staircase is visible in the lower part of the frame.

Revista da Universidade de Lisboa | 19 | Maio 2021

ARTE
ANTÓNIO CRUZ SERRA
HISTÓRIA

Atlas

do Comércio Transatlântico de Escravos



David Eltis e David Richardson

Prefácio de David Brion Davis

Posfácio de David W. Blight



BREVEMENTE

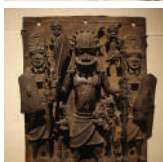
EDITORIAL



Este número da Revista assinala o fecho de um ciclo da vida da Universidade de Lisboa, da sua criação, em 2013, ao fim do segundo, e último, mandato do Reitor. Incluímos, por isso, uma entrevista com o Reitor António Cruz Serra, em que ele nos expôs muito de tudo aquilo que, nos últimos oito anos, foi feito. A complexa tarefa de fundir duas universidades com culturas institucionais diversas fez-se, no decurso desses dois mandatos, de um modo gradual, seguro e harmónico. O resultado é iniludível: a criação de uma universidade de investigação com crescente perceção pública e visibilidade internacional. Se este resultado se deve, genérica e naturalmente, à comunidade académica, não deixa de ter no Reitor o seu responsável maior. É um legado de realizações efetivas, e de clareza e rigor nos processos, o que ele nos deixa, e que a Universidade de Lisboa prosseguirá. Um artigo sobre o património edificado e em processo de edificação, assim como uma breve entrevista ao Provedor do Estudante, tornam mais explícitos aspetos desse balanço.

Falámos também com um investigador jubilado que prossegue o seu longo e escrupuloso trabalho científico sobre um período da história portuguesa que, em simultâneo, persiste hoje como objeto de debate público intenso. Conversámos com uma professora e investigadora do ISEG sobre um outro tipo de questões com igual e importante incidência pública, e publicamos um texto sobre o enquadramento jurídico de uma das atividades centrais da universidade, a investigação. Por último, e decerto com não menos importância, transcrevemos parte da muito interessante conversa que tivemos com um dos nomes maiores da arte contemporânea em Portugal. •

ÍNDICE



- 1 **Editorial**
- 2 **Índice**
- 3 **Notícias**
- 6 **Sobre**
Ciclos de doutoramento e centros de investigação,
por António Pedro Barbas Homem
- 7 **4 Coisas**
Miguel Tamen
- 8 **António Cruz Serra**
- 14 **A ULisboa constrói**
- 20 **Valentim Alexandre**
- 24 **Sara Falcão Casaca**
- 28 **Bruno Sousa**
- 30 **E assim sucessivamente**
Ana Jotta

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: **Universidade de Lisboa** · Departamento de Arquivo, Documentação e Publicações
Diretor: **António M. Feijó** | Direção executiva e produção: **Ana Silva Rigueiro**
Redação e comunicação: **Ana Cláudia Santos, Ana Luísa Valdeira, Helena Carneiro**
Fotografias: **Ana Luísa Valdeira**
Capa e contracapa: **Pormenor do interior da residência universitária do Polo da Ajuda** © CVDB Arquitectos
Design gráfico: **A Bunch of Susans**
Impressão: Lidergraf – Sustainable Printing | Tiragem: 12 000 exemplares
Periodicidade: março, maio, outubro e dezembro | Assinaturas e distribuição: imprensa@reitoria.ulisboa.pt
Depósito legal: **418564/16** | ISSN: **2183-8844**
Contactos gerais: **Imprensa da Universidade de Lisboa**
Alameda da Universidade · Cidade Universitária · 1649-004 Lisboa · Portugal
Tel.: +351 217 904 750 - Ext. 19 750 | E-mail: imprensa@reitoria.ulisboa.pt
Distribuição Gratuita

Prémio Mulheres na Ciência

Inês Fragata, investigadora do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é uma das quatro jovens cientistas portuguesas a vencer a 17.^a edição das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência. A investigadora centra o seu trabalho no impacto do cádmio na cultura do tomateiro e nos ácaros-aranha, minúsculos herbívoros que se alimentam de centenas de espécies de plantas e devastam várias culturas, sendo vistos como uma praga agrícola. Inês Fragata quer perceber se os ácaros se conseguem adaptar à presença de cádmio no tomateiro, como o fazem, e quais as consequências. Além de Inês Fragata, foram também distinguidas as investigadoras Joana Carvalho, da Fundação Champalimaud; Margarida Abrantes, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; e Liliana Tomé, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. As quatro foram selecionadas entre cerca de 100 candidatas, por um júri científico presidido por Alexandre Quintanilha. Serão distinguidas com um prémio individual de 15 mil euros.



© L'Oréal Portugal

Júnior Empresa mais socialmente responsável



© LisbonPH

Fundada a 23 de dezembro de 2013, a LisbonPH – Júnior Empresa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa foi criada com uma visão muito clara: juntar uma equipa de jovens estudantes dinâmicos e com grande vontade de contribuir para a formação do profissional de saúde do futuro. Simultaneamente, a LisbonPH mantém uma ação socialmente responsável, medindo o impacto de cada atividade

e promovendo práticas de gestão sustentáveis alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, por forma a continuar a assegurar a rentabilidade económica, maximizando o impacto social e reduzindo o ambiental. A LisbonPH venceu novamente, pelo quarto ano consecutivo, o Prémio de Júnior Empresa mais Socialmente Responsável do país, atribuído pela Junior Enterprises Portugal. O prémio distingue a Júnior Empresa que, através de projetos e programas, tenha tido um elevado e reconhecido impacto social, abrangendo a organização como um todo em práticas socialmente responsáveis.

Mário Berberan e Santos recebe o mais destacado prémio de Química em Portugal

O professor Mário Berberan e Santos, docente do Departamento de Engenharia Química do Instituto Superior Técnico e investigador do Instituto de Bioengenharia e Biotecnologia, é o vencedor do Prémio Ferreira da Silva 2020, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Química (SPQ). O júri, que reuniu a 7 de abril, decidiu, por unanimidade, atribuir o galardão ao docente do Técnico. «Esta distinção representa o reconhecimento do meu contributo para o desenvolvimento da Química, quer pela investigação científica, quer pelas atividades de extensão universitária. Pelo facto de ser atribuída pelos pares, e por ser, entre nós, a mais alta distinção em Química, sinto-me honrado, contente e grato pela escolha», declarou o professor. Os seus interesses científicos atuais incidem sobre a luminescência de fulerenos e de sistemas nanoestruturados



© Débora Rodrigues / Técnico

em geral, e sobre a dinâmica de processos envolvendo estados eletrónicos excitados, incluindo a transferência de energia eletrónica (radiativa e não radiativa) e a fluorescência retardada por ativação térmica, e respetivas aplicações. O Prémio Ferreira da Silva foi instituído pela Sociedade Portuguesa de Química em 1981. É atribuído este ano pela 17.^a vez, e será entregue durante o XXVII Encontro Nacional da SPQ, que se realizará em Braga de 14 a 16 de julho.



© Duarte Pinheiro

Luis Miguel Cintra e Jorge Silva Melo doutorados *honoris causa* pela ULisboa

A Universidade de Lisboa atribuiu o grau de doutor *honoris causa* aos encenadores e atores Luis Miguel Cintra e Jorge Silva Melo, numa sessão conjunta que teve lugar no dia 18 de maio, na Aula Magna. Ambos iniciaram as carreiras no teatro universitário e ambos são formados em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1973 fundaram juntos o Teatro da Cornucópia, e Silva Melo viria a

criar, em 1995, a sociedade Artistas Unidos, da qual é diretor artístico. Na fundamentação da escolha, Luis Miguel Cintra é descrito como protagonista de «um dos percursos mais exaltantes da recente história do teatro português, que lhe tem merecido o reconhecimento unânime como intelectual, artista e criador de exceção». A Jorge Silva Melo é destacada a «personalidade de reconhecido mérito, atestado pelo seu currículo e pela sua

notável intervenção no campo artístico», como ator, encenador, dramaturgo, realizador e tradutor, e «o seu talento no traçar de novos caminhos do teatro português, após a revolução de Abril de 1974». Na cerimónia de distinção, o elogio de Luis Miguel Cintra ficou a cargo da professora da Faculdade de Letras Maria João Brilhante, cabendo a José Pedro Serra, também professor da FLUL, fazer o elogio de Jorge Silva Melo.

Centro de Transferência de Tecnologia e Valorização do Conhecimento da ULisboa

O Reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra, oficializou o Centro de Transferência de Tecnologia e Valorização do Conhecimento da Universidade de Lisboa (TTC@ULisboa) com o descerramento da placa identificativa no local onde o centro irá funcionar e que, atualmente, acolhe a Incubadora da ULisboa. A Universidade recebeu um financiamento de 1 313 918,98 € através do POR Lisboa 2020 (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), para a requalificação do espaço, visando a criação de uma infraestrutura destinada à realização de atividades ligadas à transferência de tecnologia e valorização de conhecimento, transversal a todas as suas Escolas e dotada de recursos e funcionalidades adequadas



© Tiago Carvalho

ao processo de transformação de ideias em produtos e/ou serviços com valor económico e social. A criação deste centro vem, assim, contribuir para o reforço do Sistema Regional de Inovação e Conhecimento no domínio das instituições científicas, da articulação entre a atividade científica e a atividade económica e dos serviços de apoio à inovação. Prevê-se que as obras de requalificação do atual edifício terminem no final de 2021.

Eleição para os Membros Eleitos do Conselho Geral e do Senado da ULisboa: Resultados

Nos passados dias 3 e 4 de maio, decorreu o ato eleitoral para a eleição dos membros eleitos do Conselho Geral e do Senado da Universidade de Lisboa. Das listas proponentes, foram eleitos, para o Conselho Geral, 18 representantes dos professores e investigadores, 6 dos estudantes, e 1 dos trabalhadores não docentes. A composição do Conselho Geral, órgão de decisão estratégica e de supervisão da Universidade, ficará completa com 10 personalidades externas de reconhecido mérito, cooptadas pelos membros eleitos, por maioria absoluta. Para o Senado, foram eleitos 29 representantes dos professores e investigadores, 18 dos estudantes, e 15 dos trabalhadores não

docentes. A composição do Senado, órgão consultivo de representação da comunidade académica e das Escolas que integram a ULisboa, ficará completa pelos seguintes membros inerentes: Reitor e Vice-Reitores, Diretores de Escolas, Presidentes dos Conselhos Científicos e Pedagógicos das Escolas, um membro da Direção das Associações de Estudantes de cada Escola, o Administrador da Universidade, o Administrador ou Secretário de cada Escola, o Administrador dos Serviços de Ação Social, e os Diretores ou Presidentes das Unidades Especializadas. Os resultados definitivos podem ser consultados na página da ULisboa:

ulisboa.pt/info/eleicoes-universidade-de-lisboa

Prémio Fernão Mendes Pinto

Tânia dos Reis Alves, da Universidade de Lisboa, venceu o Prémio Fernão Mendes Pinto, edição 2019, com a tese de doutoramento *1961 – Sob o viés da imprensa. Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no império português*. A sessão solene realizou-se a 5 de maio, com as intervenções do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles, da Dr.ª Sónia Martins, em representação da Presidência cabo-verdeana em exercício da CPLP e da Secretária-Geral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Professora Cristina Montalvão Sarmento, que transmitiu aos presentes a mensagem do Presidente da AULP, Professor Doutor Orlando da Mata. O 5 de maio foi instituído como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, decorrida a 20 de julho de 2009. E na 40.ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o 5 de maio foi reconhecido como Dia Mundial da Língua Portuguesa.



© CPLP

SOBRE

CICLOS DE DOUTORAMENTO E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

António Pedro Barbas Homem *

Conjugar ensino e investigação é missão de cada universidade.

A «velhinha» lei de autonomia universitária de 1988 continha uma definição lapidar: as universidades são centros de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, articulando o estudo, a docência e a investigação, se integram na vida da sociedade.

Esta definição está diluída no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) (art. 6.º/1), mas é central para entender a identidade e a missão da universidade.

As unidades de investigação têm também as suas leis estatutárias e regras específicas de funcionamento e financiamento. A conjugação dos edifícios jurídicos do ensino e da investigação nunca foi simples e a constante alteração das leis é um dos motivos.

Em 2018 (Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto) foram aprovadas novas regras para o funcionamento de ciclos de doutoramento.

O governo passou a exigir às universidades: que para cada ramo e especialidade de doutoramento exista uma unidade de investigação associada; que essas unidades sejam uma unidade orgânica da universidade; que tais unidades tenham sido avaliadas pela FCT com classificação mínima de Muito Bom; e que pelo menos 75 % dos docentes do doutoramento estejam nelas integrados.

Estas opções são discutíveis, e não foram discutidas e aprovadas no local próprio, o Parlamento.

Este artigo procura responder a uma



© Acervo pessoal

questão: a partir de quando são exigíveis os novos requisitos?

A resposta não é clara.

São princípios gerais do direito português que as leis só se aplicam ao futuro (art. 12.º do Código Civil) e não têm eficácia retroativa, exceto se expressamente determinado. Ora, o Decreto-Lei n.º 65/2018 entrou em vigor em 17 de agosto e, de acordo com o aí disposto, os novos requisitos aplicam-se a pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos apresentados após 15 de outubro de 2020 e aos ciclos de estudos em funcionamento à data da entrada em vigor deste diploma a partir de 31 de dezembro de 2022, sendo aplicadas a partir do 3.º ciclo de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento a desenvolver pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

No entanto, estas regras gerais devem ser entendidas à luz da legislação das unidades de investigação e das práticas de avaliação

delas pela FCT. Lembre-se que, em 2019, foi aprovada uma nova versão da lei da ciência, com alterações à organização e ao funcionamento das unidades de investigação (Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio).

Deve entender-se que, como as leis apenas se aplicam ao futuro e ficam ressalvados os efeitos constituídos ao abrigo de leis anteriores, os requisitos da lei nova apenas podem ser exigidos na acreditação ou reacreditação de ciclos de doutoramento posteriores à avaliação de unidades de investigação que a FCT venha a organizar, independentemente da data da sua conclusão.

Este entendimento é o único que assegura a harmonização e concordância prática das dimensões a considerar: a do legislador, ao estabelecer novas exigências para a acreditação de ciclos de doutoramento; a da administração da ciência responsável pelas decisões de acreditação, financiamento e avaliação das unidades de investigação; a da administração responsável pelos processos de autorização de funcionamento de cursos; e a das universidades, que, em face de exigências legais inovadoras, necessitam de tempo para se organizarem.

Espero que o Parlamento promova a apreciação deste diploma, para aprofundar a discussão do novo regime legal dos doutoramentos. De preferência, expurgando exigências administrativas e burocráticas. Numa palavra: confiando na autonomia científica, pedagógica e administrativa que as universidades têm exercido nas últimas décadas de modo esclarecido. •

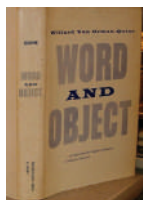
* Professor catedrático da Faculdade de Direito

4 COISAS

Miguel Tamen

Diretor da Faculdade de Letras

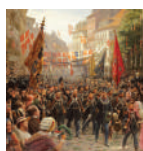
© Acervo pessoal



W.V. Quine, *Word and Object* (1960)

Não muito longe da Cidade Universitária há um restaurante pequeno em que pouca gente repara. Quando entro pela porta o dono traz-me imediatamente rim

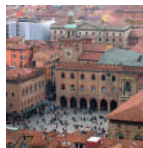
grelhado, sem uma palavra. Entendemo-nos na perfeição. Ninguém se engana e raramente temos dúvidas.



A segunda guerra do Schleswig-Holstein (1864)

«Só três pessoas perceberam alguma vez o problema do Schleswig-Holstein: o príncipe Alberto, que morreu; um professor alemão, que enlouqueceu; e eu, que me esqueci.»

Esta frase de 1863, atribuída a um primeiro-ministro inglês, é uma fonte constante de inspiração para quem como eu precisa de se dedicar a tarefas de gestão universitária.



A Universidade de Bolonha (1088)

Dou aulas há muito tempo e, ao contrário de muitos colegas meus, nunca notei que a nossa espécie estivesse a ficar menos esperta. Estou convencido de que, embo-

ra repartida desigualmente, a inteligência média dos nossos alunos é mais ou menos a dos primeiros admitidos na Universidade de Bolonha, em 1088.



Conjunto de Mário Simões, «A borracha do Rocha» (1960)

<https://www.youtube.com/watch?v=dx9MQZ883eA>

Escrevo normalmente a lápis. Acontece que um lápis requer sempre a) uma borracha e b) um apara-lápis. São adereços difíceis de encontrar. Com o uso, as borrachas

passam a cobrir de cinzento aquilo que queremos apagar. Pelo contrário tenho agora um excelente apara-lápis elétrico, cujo barulho lembra o de uma serração.

ANTÓNIO CRUZ SERRA

A poucos meses de terminar o seu segundo mandato, falámos com o Reitor da Universidade de Lisboa sobre o balanço que faz dos últimos oito anos.

Fotografias © Ana Lúisa Valdeira



«A universidade é o maior elevador social na sociedade portuguesa e não podemos deixar ninguém para trás.»

ULISBOA A Universidade de Lisboa resultou da fusão de duas instituições com culturas e domínios disciplinares diversos. Como caracteriza este processo? A que se deve o seu sucesso?

ANTÓNIO CRUZ SERRA O sucesso da fusão é o resultado, em primeiro lugar, do entusiasmo da comunidade académica, que tinha a perceção de que se estava a criar algo novo e importante para o país: uma instituição de ensino superior que pode fazer a diferença a nível internacional e competir com as melhores universidades da Europa. Criámos uma cultura de confiança entre as Escolas e a equipa reitoral, e o programa que tínhamos foi sendo cumprido. Libertámos recursos financeiros que permitiram fazer mais do que se teria feito com duas reitorias, e conseguimos-lo sem despedir ninguém. Com as aposentações, e a necessidade das Escolas de aumentar o número de trabalhadores administrativos e técnicos, diminuímos a despesa em cerca de 6 milhões de euros, o equivalente ao orçamento da reitoria da Técnica. Metade desse dinheiro foi distribuído pelas Escolas, permitindo a contratação permanente de cerca de 80 professores. Por outro lado, possibilitou-nos fazer obras que jamais teríamos feito. Algumas das coisas necessárias pareciam um sonho difícil de alcançar. Um exemplo simples: temos sistemas de gestão académica, financeira e de recursos humanos comuns a toda a Uni-

versidade, bem como uma gestão comum das bibliotecas e do arquivo. Estes sistemas custam dinheiro, mas também poupam dinheiro e facilitam o conhecimento dos dados numéricos. Outra das vantagens da fusão prende-se com o número de alunos. No início, tínhamos um pouco menos de 50 000 alunos, e agora, um pouco mais – houve uma variação de 2000 ou 3000 alunos. Aumentaram 10 % no doutoramento, mas, fundamentalmente, no mestrado. Temos também um preenchimento quase total da primeira fase de acesso. Uma universidade destas, com projeção e prestígio, atrai estudantes com mais eficiência do que no passado. E duplicámos o número de estudantes internacionais.

ULISBOA Referiu a aposta da Universidade em renovar o corpo docente, de investigadores e de trabalhadores técnicos e administrativos. Parece-lhe que teve a dimensão suficiente? Que balanço faz?

ACS Faço um balanço positivo, mas não estou satisfeito. Temos mais 7 % de docentes do que em 2013, e mais 10 % do que em 2015, quando houve um pico negativo. Durante 15 anos o número de docentes diminuiu porque não havia recursos financeiros para contratar. O corte na dotação do Orçamento do Estado [OE] foi, até 2017, de cerca de 50 % relativamente ao financiamento anterior a 2010. Os custos fixos com pessoal foram adaptados à disponibilidade orçamental. Garantir a renovação do corpo

docente significa garantir que, daqui a três ou dez anos, não há menos docentes do que há hoje. Devíamos contratar todos os anos, pelo menos, 1/30 ou 1/35 do conjunto de professores que temos. Desde 2013, fizemos 807 concursos da carreira docente. Recrutámos os professores auxiliares para repor a capacidade instalada resultante da saída dos aposentados, e criámos oportunidades de promoção. O número de professores associados subiu de 488 para 576. O de professores auxiliares e o de professores catedráticos é praticamente o mesmo desde 2013: o de auxiliares variou 4, e o de catedráticos variou 2. Desses 807 concursos, diria que cerca de 700 são renovação, ou seja, substituição de quem se aposenta. E fizemos mais 35 concursos para a carreira de investigação, e um número equivalente ao de docentes para as carreiras administrativas e técnicas, em que há muita rotatividade.

ULISBOA Mas não está satisfeito.

ACS Não estou. O nosso objetivo é uma Universidade em que se faz investigação forte e ensino da maior qualidade. As duas coisas estão ligadas: só ensina bem quem sabe bem o que está a ensinar. Para saber bem, é preciso ter excelentes grupos de investigação. A carreira docente é uma carreira de investigação; não imagino um professor que não investigue, e não o faça durante uma percentagem de tempo elevada. Isto significa que a carga horária dos docentes deve ser baixa, para

«Neste momento, um em cada seis estudantes da Ulisboa é estrangeiro. Os nossos estudantes ganham em ter contacto com estudantes de todo o lado.»

poderem dedicar-se à investigação. É um sistema com realimentação positiva: os docentes libertos para a investigação têm mais capacidade de encontrar recursos de financiamento de projetos, que induzem receita, o que permite contratar mais gente. Gostaria que tivéssemos aumentado o número de docentes 25 % em vez de 10 % em relação ao pico negativo. Mas isso só se consegue com disponibilidade financeira. A gestão da Universidade tem de garantir sustentabilidade. Sou contrário a todas as formas de precariedade no ensino superior: falsos professores convidados, falsos bolseiros que asseguram necessidades permanentes. Nestes anos, contratámos 220 investigadores a termo. Gostaria que estes concursos tivessem sido todos para posições permanentes. Precisamos de mais gente no ensino superior. A universidade faz-se com as pessoas.

ULISBOA Disse que queria fazer da Universidade de Lisboa uma grande universidade de investigação. Como vê o estado desse objetivo, e o que lhe parece necessário para ser prosseguido?

ACS O objetivo está atingido, somos uma grande universidade de investigação. A maneira de o provar é fácil: veja-se a posição no *ranking* de Xangai. A Universidade está nos primeiros 200 lugares do mundo e nos primeiros 50 ou 60 da União Europeia. As anteriores universidades estavam sempre abaixo de 300 ou 400. Quais as principais ameaças? Precisamos sempre de mais professores e investigadores, de mais estudantes de doutoramento, o que implica mais bolsas. O período de maior produtividade científica são os anos seguintes à finalização da tese de doutoramento, pelo que precisamos de recrutar gente nova para a carreira. Também há vários anos que não temos orçamento para o reequipamento científico, que, num momento de acelerada mutação tecnológica, precisa de financiamento forte.

ULISBOA Como caracteriza a situação financeira e orçamental da Universidade de Lisboa?

ACS Do ponto de vista orçamental, é confortável. Temos margem de segurança para uma gestão calma. A criação de mecanismos de controlo sobre a situação das Escolas tem precavido perturbações locais a que seja preciso acudir. Há um número impactante, do meu ponto de vista: conseguimos esta situação confortável, e fizemos, estamos a fazer, ou temos em concurso, 114 milhões de euros de obras desde 2013. Mas executamos todos os anos um orçamento de cerca de 400 milhões de euros, quando a dotação que recebemos do OE é metade disso.

ULISBOA No que respeita ao património material da Universidade, referiu projetos de construção e renovação concluídos e outros em curso. Quais?

ACS Muitas obras foram em locais mais ou menos invisíveis para a comunidade. Foram feitas nas Escolas obras no valor de 56 milhões de euros, dos quais 7 milhões foram suportados pela Reitoria. Senti sempre a obrigação de promover a reabilitação do património. Por exemplo, o edifício da Reitoria é um edifício nobre, tem um enorme poder de representação, boas condições de trabalho, é um instrumento para a promoção da Universidade e do ensino superior, mas tem 60 anos. Foi necessário fazer obras na Aula Magna, incluindo a cobertura, e reconfigurar funcionalmente toda a cave, que nunca tinha sido preparada para ser usada. Adjudicámos a limpeza do edifício por fora e vamos reabilitar os painéis do Almada, uma obra complicada e cara, mas necessária. As obras de reabilitação em espaços usados por toda a Universidade – a Reitoria, a Aula Magna, o Pavilhão de Portugal, a Incubadora, o Caleidoscópio – perfazem 20 milhões de euros ao longo do mandato. Outra infraestrutura importante é o Estádio Universitário. Hoje, tem uma gestão equilibrada, mas foi preciso gastar 3 milhões de euros a reabilitar infraestruturas, e será preciso mais. Estamos a preparar uma empreitada de reabilitação dos balneários da piscina. No Museu e nos jar-



dins botânicos, gastámos quase 4,5 milhões de euros. O edifício da Politécnica é antigo, precisava de muita reabilitação. O Jardim Botânico Tropical teve um investimento de 1,5 milhões de euros. Nos Serviços de Ação Social, do jardim de infância às cantinas, investimos 3,5 milhões de euros. Nas residências de estudantes, o valor do que foi construído, está em construção, ou adjudicado,

é de 27,8 milhões de euros. Em Lisboa, os preços dos quartos são inaceitavelmente altos para uma família portuguesa de rendimento médio. A universidade é o maior elevador social na sociedade portuguesa e não podemos deixar ninguém para trás. De momento, o Pavilhão de Portugal está em reabilitação e estimo que demore um ano a estar disponível; a obra da Faculdade

de Farmácia está adiantada; a remodelação do Convento de São Francisco, a ser usado pela Faculdade de Belas-Artes, tem conhecido vicissitudes, mas a breve trecho será lançado o concurso para a construção da 1.ª fase, um investimento de 2 milhões de euros. O novo edifício da Faculdade de Letras terá financiamento da ULisboa superior a dois milhões de euros, em contrapartida

«A oferta formativa é demasiado dispersa a nível de licenciatura e mestrado, mas sobretudo de doutoramento. Tem de ser mais racional e coerente.»

da exploração da vivenda que era de Letras: entregámos na Câmara um pedido de autorização prévia para a construção de uma residência de estudantes nesse espaço, com cerca de 200 camas. O projeto para a construção de mais duas residências na nova praça a criar, adjacente à Biblioteca Nacional, orça em 30 milhões de euros, para que precisamos de recursos adicionais. Espero consegui-los com recurso ao Plano de Resiliência e Recuperação [PRR], havendo um compromisso da Câmara de Lisboa de suportar a construção de parte do projeto. No PRR gostaria ainda de incluir a obra de dois edifícios da Tapada da Ajuda, que o Instituto Superior de Agronomia quer transformar em residências. Desde 2009, não há dotação do OE para a construção de novos edifícios ou para a reabilitação de edifícios existentes. A construção do edifício da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação, a remodelação do edifício onde se instalou decentemente o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, as remodelações da Faculdade de Medicina Dentária, todos os investimentos que referi, e aqueles que as Escolas fizeram, foram realizados com dinheiro conseguido na rigorosa gestão de recursos que fazemos. As obras de construção civil são centrais para criar a infraestrutura de uma excelente Universidade, com capacidade de captação de alunos. Não imagino o que pensará um aluno que frequenta uma escola secundária reabilitada, e depois chega a uma Faculdade cujo edifício data de 1935 e nunca foi objeto de reabilitação.

ULISBOA A captação de estudantes internacionais foi uma aposta nestes mandatos, com visitas ao Brasil e à China, principalmente. Em 2018/19, os estudantes internacionais representavam 11 % dos estudantes da ULisboa. Como vê o estado atual e as tendências de evolução deste esforço?

ACS Com os estudantes Erasmus, perfazem 16 %. O trabalho de internacionalização é importante para o prestígio da Uni-

versidade, para a capacidade de encontrar parcerias e a investigação conjunta com equipas de outros países, mas os principais beneficiários são os estudantes portugueses. Neste momento, considerando os Erasmus que nos chegam, um em cada seis estudantes da ULisboa é estrangeiro. Os nossos estudantes ganham em ter contacto com estudantes de todo o lado. Temos feito um esforço de divulgação no Brasil, um país com uma oferta de ensino superior com a qual conseguimos competir e onde podemos recrutar excelentes estudantes. Desde 2013, o número de estudantes brasileiros triplicou, e alegra-me que a maior parte venha fazer mestrado ou doutoramento. Na China, há muito em curso. Temos um projeto avançado com a Universidade de Xangai, em que os alunos virão frequentar um ou dois semestres em Lisboa. Em breve, teremos cerca de mil estudantes chineses aqui em permanência. De 2013 até agora, o número de estudantes de África e o número de estudantes europeus subiu 50 %.

ULISBOA Referiu a possibilidade de criação de consórcios, de natureza variada, com universidades estrangeiras. Algum deles se efetivou ou está em processo de efetivar-se?

ACS Participamos num grande número de consórcios, por meio da Universidade, das Escolas, de graus conjuntos, de projetos de investigação. Destaco um: a Unite! – University Network for Innovation, Technology and Engineering. É uma universidade europeia em que participamos com a Universidade de Aalto, a KTH – Instituto Real de Tecnologia, a Universidade de Grenoble, a Universidade Politécnica de Turim, a Universidade Politécnica da Catalunha e a Universidade Técnica de Darmstadt. Envolve o trabalho intensivo de mais de 200 pessoas da ULisboa. É uma grande oportunidade para a comunidade académica circular: os estudantes poderão fazer disciplinas nestas universidades, que serão creditadas cá, sem a burocracia da mobilidade normal, e o pessoal docente,

de investigação e técnico-administrativo poderá passar temporadas nessas universidades. A universidade europeia é um instrumento que pode ser importante, depende de como for usado, dos protagonistas e, fundamentalmente, da pressão que a União Europeia, que financia estes projetos, coloque nas universidades que neles participam.

ULISBOA O último ano e meio do segundo mandato ficou marcado pela pandemia. Em que domínios foi a influência da pandemia mais substancial?

ACS O principal impacto foi ter bloqueado a última grande tarefa do mandato, a reorganização da oferta formativa. Foi feita a autoavaliação da Universidade, foram apresentadas propostas, o Conselho Geral aprovou as medidas, temos indicadores claros do que se deve fazer. A oferta é demasiado dispersa a nível de licenciatura e mestrado, mas sobretudo de doutoramento, com números baixos em alguns cursos. Tem de ser mais racional e coerente. A discussão deste assunto deve ter a ampla participação de todos e ser feita em linha com uma alteração do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, há demasiado tempo por rever. É necessária essa alteração para uma melhor organização da Universidade. Houve outro impacto, devastador: não é possível dar as aulas à distância e garantir a qualidade do que se faz presencialmente. Lamento muito, e exprimo-o em particular a todos os estudantes, por não termos conseguido fazer melhor. Era inevitável passar ao ensino à distância, não havia condições de saúde pública que permitissem uma situação diferente. Mas estou confiante de que a pandemia está prestes a ser debelada. Tudo indica que em setembro atinjamos uma situação de normalidade.

ULISBOA Sente que lhe faltou tempo para fazer mais? O que gostaria de ter conseguido e não conseguiu?

ACS Sou professor de Engenharia e não classifico bem o projeto de um aluno que

tente fazer o impossível. Desde o início que sei o tempo de que disporia, e considero bom haver limitação de mandatos. É preciso renovar a direção das instituições, pois isso impede que as pessoas se cristalizem no exercício de funções. Gostaria de ter feito mais, sim. O ritmo de trabalho e execução que vejo no país, e no mundo, é lento para mim. Gostaria de ter feito mais cedo os projetos, os lançamentos de concurso e a renovação material da infraestrutura de que falámos. Também gostava de ter consolidado mais cedo os sistemas de gestão de informação. Nestes, e em rede de fibra ótica em todos os *campi*, gastámos 16 milhões de euros, dos quais 6 milhões vieram de fundos estruturais. Gostaria que os governos tivessem cumprido a promessa feita no decreto-lei da fusão de criar um regime de autonomia reforçada para a ULisboa. Hoje, não considero vantajoso trabalhar no regime fundacional, que apenas traz vantagens na venda de património e na celebração de contratos de trabalho em regime de direito privado. No entanto, parece-me fácil, havendo empenhamento político, fazer uma alteração legislativa que permita um regime de autonomia reforçado nas universidades. Houve alterações legislativas para as quais o facto de existir a ULisboa teve impacto, como não sermos obrigados a usar o sistema nacional de compras públicas, que se traduziu num aumento da capacidade de gestão. E lamento ainda, e constantemente, o financiamento público demasiado baixo, comparado com aquele que uma universidade como a ULisboa deveria ter.

ULISBOA Consegue apontar um dos melhores e um dos piores momentos destes dois mandatos?

ACS O melhor é impossível. Houve muitos momentos importantes. Lembro-me da satisfação ao ver o número de concursos para a carreira docente em 2016, quando recuperámos. É um trabalho coletivo: a abertura de um concurso para a carreira

docente não depende da vontade do reitor, é preciso o impulso das Escolas, é preciso haver dinheiro. Outros desses momentos foram, por exemplo: termos conseguido, pelo menos transitóriamente, normalidade nas promoções dentro da Universidade; a capacidade de realizarmos as obras de reabilitação e das residências; a entrega do Pavilhão de Portugal à Universidade; o aumento do número de vagas e do número de estudantes internacionais. Quanto ao pior, é fácil identificá-lo: aquele em que percebi que a situação de pandemia era suficientemente séria para que fechássemos a atividade presencial e passássemos ao ensino à distância. Outra satisfação grande foi todo o trabalho da Universidade no combate à pandemia. Há que realçar a disponibilidade total de todas as pessoas da Universidade. Asseguramos uma grande quantidade dos testes PCR que se fazem na cidade de Lisboa. Fizemos a instalação do Hospital de Campanha no Estádio Universitário, com uma excelente colaboração da Câmara Municipal, constante ao longo destes oito anos. Tenho a agradecer a disponibilidade do Dr. Fernando Medina para olhar para a Universidade como parte da missão que a Câmara tem para com a sociedade. Ainda em relação à pandemia, comprometi-me com o Sr. Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo a reservar os três pavilhões do Estádio Universitário para a vacinação até ao final de agosto, e ofereci-lhe as instalações da Universidade para o que fosse necessário.

ULISBOA Sempre que se dirigiu publicamente aos estudantes, fê-lo num tom de clara confiança no futuro. Mantém essa confiança?

ACS Mantenho. Sempre. Haverá muitas oportunidades. Estou convencido de que a economia recuperará depressa. O mundo vai ser melhor do que é hoje, seguramente, e os nossos estudantes, com a qualificação dada pela Universidade, têm todas as condições para ver o futuro com brilho. ●

A ULISBOA CONSTRÓI

Uma residência universitária excede a função de dormitório. É uma casa para todos aqueles que estudam a dezenas, centenas ou milhares de quilómetros da sua residência de origem. A criação de mais oferta a este nível, a um custo acessível, tem sido uma das prioridades da ULisboa. Outras têm sido a recuperação e preservação do seu património arquitetónico, como a mais recente remodelação da Torre do Instituto Dom Luiz, e a implementação de novas instalações nas suas Escolas, como é o caso da construção do novo edifício da Faculdade de Letras.



RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

Precisamos de um sítio para dormir, mas também para ficarmos apenas a olhar pela janela; de um sítio para estudar, mas também para o encontro com outros; de um sítio para cozinhar, mas também guardar os recipientes com a comida que trazemos da visita a casa. São estas as condições que a ULisboa quer criar para os moradores das suas residências.

Dos vários projetos em curso, o primeiro a ficar concluído será a residência no Polo da Ajuda. A primeira de duas fases, correspondente à construção de dois blocos de edifícios, foi inaugurada em julho de 2019, estando a funcionar em pleno. A segunda fase corresponde à construção de outros dois blocos, dispostos, em relação aos primeiros, de modo a configurar um edifício que se encerra sobre si mesmo, criando um pátio privado para a comunidade da residência. Esta segunda fase prevê-se concluída em setembro do corrente ano, estimando-se pronta a ser ocupada no primeiro semestre do ano letivo 2021/22. Com a construção total do projeto, as circulações internas pelos vários blocos poderão ser realizadas num circuito fechado, num *loop* contínuo. Este processo de circulação potencia várias alternativas de percurso, facilitando os caminhos e acessos interiores do edifício aos diversos espaços. Às 184 camas da primeira fase juntam-se agora mais 123, quase duplicando a capacidade da residência.

Vítor Leitão, Pró-reitor da ULisboa, explica que «nos três últimos anos, houve um grande aumento do número de camas disponíveis» e que «haverá uma mudança radical do que tínhamos para o que vamos passar a ter nos próximos anos». O aumento do número de estudantes estrangeiros e do valor

das rendas na cidade de Lisboa foram duas das razões determinantes para um investimento efetivo na construção de residências, uma ação concertada entre a Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa.

O maior desses investimentos, e o mais transformador da Cidade Universitária como a conhecemos, será o conjunto de três residências que se situará no espaço – atualmente a funcionar como parque de estacionamento – ladeado a este pelas traseiras da Biblioteca Nacional, a sul pelo ISCTE-IUL e ICS, a norte pela Faculdade de Psicologia e o Instituto de Educação, e a oeste pelo IGOT e a Faculdade de Medicina Dentária. Ao todo, serão 883 camas, construídas de raiz. Como Vítor Leitão deixa claro, «só vale a pena fazer residências para um número grande de residentes». O primeiro edifício, com a capacidade de 303 camas, será iniciado em julho deste ano, estimando-se concluído em 550 dias, ou seja, no final de 2022.

O projeto vencedor, desenvolvido pelo ateliê Saraiva + Associados, foi desenhado em torno da ideia de uma praça, formada naturalmente pelos três edifícios. A praça, um retângulo de 60 x 85 m, pretende tornar-se um espaço até agora inexistente nesta zona da cidade de Lisboa, um ponto de encontro e de lazer para a comunidade académica e o público em geral. Nos seus quatro lados haverá comércio e restauração, instalados nos pisos térreos dos edifícios, a que será possível aceder por percursos externos cobertos por duas palas horizontais, que protegerão da chuva e do sol intenso. Na zona a descoberto, haverá um quiosque com esplanada; um anfiteatro, formado por um talude relvado com uma pequena bancada, onde poderá decorrer cinema ao ar livre, teatro, ou concertos; um espaço de descanso com um pequeno cober-



Residência do Polo da Ajuda
© CVDB Arquitectos



Vista aérea do projeto conjunto da nova residência da Cidade Universitária
© Saraiva + Associados



Projeto da praça da nova residência da Cidade Universitária
© Saraiva + Associados

to, um banco, e um espelho de água em forma de esquadro. Terá também um elemento que decerto se tornará icônico do lugar: uma estrutura metálica vertical com cerca de 22 m de altura. Esta torre será constituída por antena, manga de vento, relógio, produtor de energia, sensor de medição de poluição do ar, sensor do nível de ruído, termómetro, placa com informação georreferenciada, indicação do ponto cardeal Norte, ecrã com informação de data, e disporá de tomadas embebidas na base. Junto à praça existirão dois cobertos com capacidade para o estacionamento de 100 bicicletas; sob a praça, ficará o parque de estacionamento automóvel, com dois pisos subterrâneos. Em todo o espaço envolvente haverá zonas ajardinadas e serão plantadas árvores de várias espécies.

A primeira residência a ser construída situar-se-á do lado norte. Com seis pisos, acomodará 252 quartos individuais, 18 quartos duplos, dois quartos para pessoas com mobilidade condicionada, e cinco apartamentos T1. Todos disporão de instalações sanitárias privadas, e todos terão uma pequena varanda, de modo a promover a iluminação e a ventilação naturais. Distribuídas entre os pisos 1 e 5 estarão nove *kitchenettes*, nove salas de estudo, e dez lavandarias. As salas de estudo estarão viradas para três pátios interiores, diferenciados pelas cores amarelo, vermelho e azul. O piso térreo albergará uma sala de convívio e uma sala multiusos, e o piso -1, uma sala de jogos. Na cobertura, haverá um terraço acessível aos residentes, e um espaço munido de pala de ensombramento, onde poderão realizar-se várias atividades.

Para os outros dois edifícios do conjunto, estima-se que o concurso de empreitada seja lançado no início de 2022. O segundo edifício ficará do lado nascente, alinhado com a retaguarda da Biblioteca Nacional. Terá a capacidade de 177 camas, distribuídas por 105 quartos individuais, 32 quartos duplos, três apartamentos T1, e dois quartos para residentes de mobilidade condi-

cionada. O terceiro edifício, que completará o contorno da praça, será o de maior dimensão, e terá a forma de um L. Aqui serão instaladas 339 camas, distribuídas por 165 quartos individuais, 83 quartos duplos, dois quartos para residentes de mobilidade reduzida e três apartamentos T1.

Todo o projeto foi desenvolvido considerando medidas de sustentabilidade, das quais enumeramos os painéis solares térmicos que suprirão 80 % das necessidades de aquecimento das águas dos banhos; vidros duplos com caixilharia de alumínio e estanquicidade; sistema de produção de energia eólica para carregamento de telemóveis e computadores; estratégias de ventilação natural cruzada, através de aberturas no interior e nas fachadas; reciclagem das águas dos lavatórios e captação e armazenamento de águas pluviais; reflectância elevada dos materiais do revestimento interior e pavimentos exteriores; vegetação de rega reduzida; articulação dos percursos pedonais e cicláveis com as ciclovias existentes e o parqueamento exterior de bicicletas.

Na Cidade Universitária há ainda outra residência em execução, que aproveitará parte da estrutura da antiga Cantina II, situada na Avenida das Forças Armadas. A residência será composta por dois blocos distintos ligados por um corredor. O bloco sul resultará do aproveitamento da antiga área de cantina correspondente ao átrio e à sala de refeições. Aqui, no piso 0, ficarão uma sala de estudo, com capacidade para 96 alunos – com um jardim interior contíguo a proporcionar a entrada de luz direta –, uma sala de convívio, uma sala de TV, uma sala de refeições, duas cozinhas e duas áreas de frigorificação e congelação. Estas duas últimas áreas surgem em função da experiência adquirida na residência do Polo da Ajuda, em que se verificou ser necessário mais espaço para armazenar a comida trazida nas idas dos estudantes a casa ao fim de semana. Este bloco terá ainda um piso -1, com 13 quartos duplos.

No total serão 99 quartos, na sua maioria duplos, com exceção de dois quartos individuais para residentes com mobilidade condicionada. Por se tratarem de quartos destinados a dois ocupantes, foram desenhados de modo a garantir a possibilidade de individualização dos espaços de estudo e dos espaços de dormir. São, assim, compostos por antecâmara, instalação sanitária, zona de vestir, zona de dormir, e zona de estudo separada por uma porta de correr, permitindo que um aluno durma enquanto o outro estuda.

Será no bloco norte, com três pisos, que se concentrarão as áreas de dormitório. Aqui, o piso -1 terá 24 quartos, o piso 0 acomodará 29 quartos duplos, bem como os

dois quartos para estudantes com mobilidade condicionada, e o piso 1 será composto de 31 quartos. O piso 2 será ocupado por uma área de lavandaria e de estendal. Para criar um contraste com a parte do edifício da antiga cantina que permanecerá de cor branca, assim como as construções envolventes – a Faculdade de Farmácia e o ISCTE-IUL – o bloco norte será revestido com painéis cinzento antracite. Na zona entre os dois blocos, ficarão dois logradouros, cada um com um espelho de água, e a todo o seu redor haverá zonas de jardim.

Com um total de 196 camas, será a primeira residência a surgir na zona da Cidade Universitária, estimando-se que esteja pronta no primeiro semestre de 2022.

Residência da antiga Cantina II - Planta do piso 1 © João Sousa





Instituto Dom Luiz, sala do piso 1, após a remodelação © Sérgio Coelho

REMODELAÇÃO DO INSTITUTO DOM LUIZ

O Instituto Dom Luiz é um centro de investigação dedicado às Ciências da Terra e da Atmosfera, situado no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa. Só existe como Laboratório Associado desde 2004, mas a sua história começa em 1853, quando o professor Guilherme Pegado, lente da cadeira de Física, aprovou a construção de um mirante no edifício da Escola Politécnica de Lisboa para efetuar observações meteorológicas. Dez anos mais tarde, em 1863, foi inaugurada, por D. Luiz I, a Torre do Observatório Meteorológico. Esta torre, com mais de século e meio de história, é o principal alvo da mais recente remodelação do Instituto Dom Luiz, antes designado Observatório Meteorológico e Instituto Geofísico.

Os principais objetivos da intervenção na Torre do Instituto Dom Luiz passaram pela recuperação, reforço e limpeza dos espaços e materiais existentes, e a renovação de to-

das as infraestruturas: climatização, iluminação, águas, esgotos, instalações elétricas, telecomunicações e segurança. Considerada a importância arquitetónica do edifício, a remodelação exterior visou simplesmente a sua recuperação e valorização. No pátio, foi removida a cobertura metálica, bem como as divisórias e o pavimento construídos na segunda metade do século xx. A fachada foi totalmente limpa de elementos espúrios, como equipamentos de ar condicionado e de ventilação, cablagens de energia e telecomunicações, sendo posteriormente pintada. As portas e janelas de madeira foram também recuperadas, e mantidos o seu desenho e cores. As coberturas e cornijas foram impermeabilizadas e as gárgulas recuperadas, com aplicação de novos tubos de queda. Os pisos do terraço e da varanda do piso 4 foram elevados com lajes de pedra lioz apoiadas em pedestais, um sistema que permite uma fácil manutenção da impermeabiliza-

ção ao mesmo tempo que oculta a drenagem das águas pluviais.

No interior do edifício, foram removidas as instalações sanitárias que se encontravam inoperacionais, as infraestruturas obsoletas que recobriam o espaço com calhas, cabos e tubos, e ainda as divisórias introduzidas ao longo do tempo que asfixiavam o espaço. As escadas de pedra e os pavimentos de madeira foram recuperados, as paredes pintadas, incluindo reparações de reboco, e construídos tetos suspensos e *courettes* técnicas que facilitam a manutenção e ocultam a maioria das infraestruturas.

Com a remodelação do Instituto Dom Luiz, todos os espaços da Torre e o pátio contíguo estão agora mais funcionais, seguros e com todas as infraestruturas renovadas, promovendo um espaço de trabalho mais digno, ao mesmo tempo que se recupera e valoriza o seu traçado histórico.

O NOVO EDIFÍCIO DA FACULDADE DE LETRAS

Quando o edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi inaugurado, na década de 1950, funcionou para a população escolar que existia na altura, vindo a atingir quase 10 000 alunos em meados dos anos 60. Nunca a Faculdade de Letras voltaria a ter tantos alunos. Tem hoje 4500. Nas décadas de 60 e 70, construíram-se dois pavilhões pré-fabricados, conhecidos respetivamente, na gíria, por Pavilhão Velho e Pavilhão Novo. O Pavilhão Velho entrou em funcionamento no final dos anos 60 e esteve operacional quase até 2000, ano em que foi demolido. Construiu-se então um edifício anexo ao principal, onde está hoje a Biblioteca e outras unidades. O Pavilhão Velho deixou de existir, mas o Pavilhão Novo permaneceu. Tinha 18 salas, oferecendo mais espaço para aulas, mas tinha sido construído para durar 5 anos. Dura há 50. Como era provisório, não tinha fundações, e os movimentos de terras provocavam desuniões na estrutura, deslocação dos pavimentos, e rachas nas vigas.

Em 2004, foi encomendado um projeto para um edifício com salas de aula e uma ala para a unidade que administrava os cursos de português como língua estrangeira, programado para substituir o Pavilhão Novo. Lançou-se um concurso, escolheu-se um projeto, os arquitetos elaboraram-no e o projeto foi licenciado, mas o edifício nunca avançou, por falta de verbas para o construir. Apesar disso, manteve-se sempre a ideia de que a construção iria ter lugar, assim que houvesse condições para avançar, o que nunca se verificou.

Em 2019, como explica Miguel Tamen, diretor da Faculdade de Letras, foi decidido abrir um novo concurso, esquecendo o anterior projeto de grandes dimensões, de forma a garantir um projeto viável à construção. O concurso foi lançado em 2020 e foi escolhido um vencedor. O novo edifício ficará no lado poente da faculdade, tal como o Pavilhão Novo, mas um pouco mais

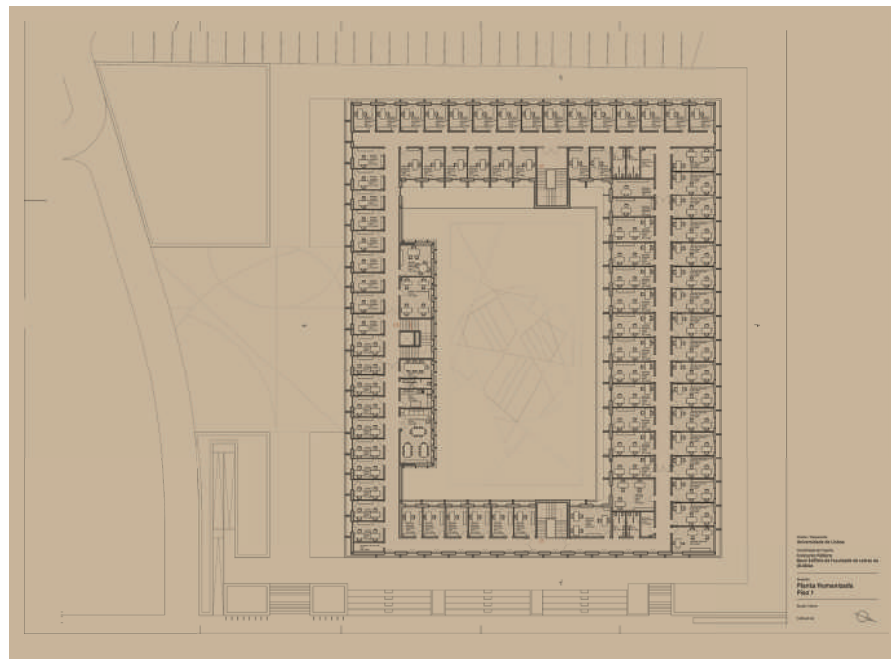
a norte, sem destruir a envolvente paisagística, nem o parque de estacionamento. O edifício tem uma planta quadrangular, dois pisos integrais, um terceiro piso parcial, e duas entradas, uma pelo lado leste e outra, menor, pelo lado sul. O piso térreo terá salas de aula com janelas para o exterior, com sensivelmente a mesma área ocupada pelas salas de aula do Pavilhão Novo, e um corredor deambulatório com janelas para um claustro. Os dois pisos superiores terão gabinetes para cerca de 150 docentes, com tipologia para um, dois e três ocupantes, e as instalações da Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras (ADFLUL), do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICLP) e do Centro de Línguas da Faculdade de Letras (CLi).

As salas de aula disporão de paredes estucadas e pintadas a esmalte aquoso mate, tetos falsos, painéis de fibra de madeira

com lã de madeira mineralizada, um material com excelentes propriedades térmicas e acústicas. As áreas de circulação no piso térreo, nos pisos 1 e 2, e no acesso principal também terão um teto falso em gesso cartonado e as paredes serão estucadas e pintadas a esmalte aquoso. Todos os pisos integrarão instalações sanitárias. Para ligar os três pisos existirão três caixas de escadas e um elevador. A ligação exterior com a restante área da Faculdade de Letras far-se-á por escadas ou rampas. O projeto arquitetónico, com uma área de construção estimada em 4483,35 m², privilegia um ambiente contemporâneo confortável e harmonioso, num edifício seguro e sustentável do ponto de vista energético.

A demolição do Pavilhão Novo está prevista para este ano, 2021, e a construção do novo edifício, com duração estimada de 18 meses, prevê-se concluída no final de 2023. •

Novo edifício da Faculdade de Letras, piso 1 - gabinetes para docentes
© Maria Manuela Oliveira, Bruno Pereira, Ana Raquel Ferrão, Gilberto Pedrosa





Guerreiro e pajens, placa de bronze, Reino do Benim, séculos XVI-XVII.
The Metropolitan Museum of Art.

VALENTIM ALEXANDRE

Historiador e investigador aposentado do Instituto de Ciências Sociais, é autor, entre outras, das seguintes obras: *Os Sentidos do Império*; *O Roubo das Almas – Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*; *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*.

U LISBOA Iniciou os estudos superiores na Universidade de Lisboa, terminando-os em Coimbra. Quando começou, e o que motivou, o seu interesse pelo estudo do império português?

VALENTIM ALEXANDRE Comecei uma licenciatura em Direito na Universidade de Lisboa, de onde fui expulso em 1962, por ter feito greve de fome na Cantina Velha. Acabei o curso em Coimbra em 1967, não sem antes ter sido preso pela PIDE, em 1965. Fui convidado para assistente, aceitei, mas não se concretizou devido à informação da PIDE de que eu era contra a ordem social estabelecida – o que era verdade. Acabaram os meus laços com a Faculdade, mas não com o Direito, que me interessa-

va como exercício de pensamento lógico. Desde cedo tive a ideia de que seria mais interessante estudar Ciências Sociais. Cheguei a ter um cartão para me apresentar ao professor Adérito Sedas Nunes, diretor do GIS [Gabinete de Investigações Sociais], o antecessor do Instituto de Ciências Sociais, para aí fazer Sociologia, cartão que não cheguei a usar, porque fui mobilizado para a Guiné em 1970. O meu interesse pelo império colonial nasce precisamente na guerra. Desertei em 1971 e fui para a Suíça, onde tinha amigos que me acolheram. Aí, comecei a estudar Ciências Políticas e Relações Internacionais, e iniciei uma tese de doutoramento sobre o subsistema da África Austral no sistema internacional. Na Guiné,

a maior parte das pessoas que conhecera eram contra a guerra ou não se interessavam pelo seu êxito ou inêxito. Pôs-se-me a questão de como era possível continuar a fazer a guerra com pessoas que não a queriam. Como se prolonga uma guerra por 14 anos, como é que um país a suporta, e porquê? Na Suíça, comecei a procurar uma resposta no âmbito das Relações Internacionais; mas eu tinha já um profundo interesse pela História, que se manifestara logo no liceu. Apresentei um projeto de tese de doutoramento sobre o subsistema da África Austral na época contemporânea; mas depressa concluí que não podia saber nada se não fosse ao século XIX, quando esse subsistema se começa a formar. Depois do

«No período da guerra colonial, é confrangedor ver que há um esforço nacional – acredito que o maior desde 1640 – para conservar o império, que, em grande parte, o governo obriga a fazer, mas que o país aceita, numa causa à partida perdida.»

25 de Abril, vim para Portugal. Durante três, quatro anos fui para o Arquivo Histórico Ultramarino a tempo inteiro, e acumulei muito material. A questão colonial estava imersa num manto de ideologia, em que Portugal tinha uma tradição colonizadora, mas não colonial; uma vocação especial para lidar com os outros povos, e provada historicamente.

ULISBOA Tem analisado e, por vezes, corrigido, algumas das ideias feitas acerca da relação de Portugal com as colónias africanas. Uma é a de que apenas no Estado Novo essa relação se aprofundou, quando, como escreveu, consegue traçar-se uma linha até à independência do Brasil, em 1822.

VA Quando se dá a desagregação do império luso-brasileiro, há um interesse renovado pelas colónias de África. Durante décadas não há meios para estabelecer o império, mas, do ponto de vista ideológico, forma-se uma série de mitos acerca da questão colonial. Quando comecei a minha investigação, numa ótica marxista, tinha a ideia de que o império era sustentado por interesses económicos. No Estado Novo, estavam bem identificados: as grandes empresas coloniais e uma indústria têxtil nacional que vivia do império. Mas, no século XIX, não havia uma burguesia portuguesa interessada no império. Havia um projeto colonial sustentado pela ideologia dominante, formada na burguesia e transmitida ao resto do país. Comecei ultimamente a empregar o conceito de «habitus», o con-

junto de formas de pensar, de sentir, dos portugueses, porque acho que não se trata da transmissão da ideologia de um setor para a sociedade, mas de uma forma de estar e de viver que a abrange, e que é transmitida em parte pela educação. As massas camponesas estão alheadas de tudo isto até à instrução primária obrigatória, em que os alunos bebem a ideologia que versava que éramos um país imperial por natureza, evangelizador, civilizador. As críticas a esta ideologia eram rejeitadas enquanto atentado externo à soberania portuguesa. Mantinha-se, assim, intacta a ideia de um império benéfico.

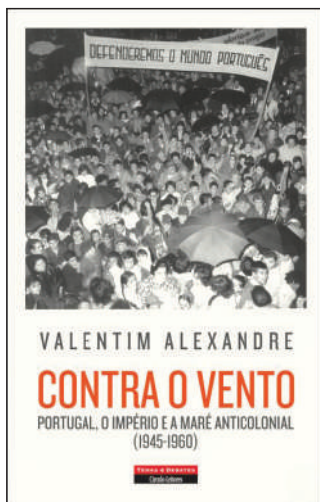
ULISBOA Tinha 18 anos quando, em 1960, é divulgado o parecer do Tribunal Internacional de Haia no processo interposto por Portugal contra a União Indiana. Tem memórias da sua repercussão em Portugal?

VA Não, na altura não. A minha geração começou a sentir a questão colonial com a crise da Índia Portuguesa, em 1954-55. Havia uma grande campanha nacionalista do governo contra qualquer insurreição em Goa. Dessa época tenho uma lembrança. Eu tinha 12 anos e era de uma família de esquerda. Foi convocada uma manifestação oficial, onde devia comparecer, fardado da Mocidade Portuguesa. Não fui. O meu pai foi por isso chamado à polícia. Por acaso, havia uma boa desculpa: era agosto e as pessoas estavam de férias fora de Viseu, onde eu morava. Chegado a 1960 e ao parecer do Tribunal de Haia, anunciado como

uma grande vitória, eu estava blindado em relação à ideologia nacionalista imperial do Estado Novo. Por isso, não me apercebi de nada. Nós, à esquerda, vivíamos numa bolha. Eu começava a ter uma ideologia marxista. Quando a guerra começa, em 1961, eu estava ligado ao Partido Comunista e espalhei panfletos contra a guerra. Íamos três ou quatro, ao lusco-fusco, pô-los nas caixas do correio. Na altura, não tinha consciência de que esta era uma ação minoritária no país. Contra a guerra e a favor da independência das colónias era praticamente só o Partido Comunista. A oposição liberal era contra a política colonial do Estado Novo, mas não pela independência das colónias. Só depois, entre 1961 e 1974, a sociedade portuguesa muda de forma estrutural.

ULISBOA Há avanços e recuos de Portugal na abolição do tráfico de escravos e, depois, da escravatura e dos trabalhos forçados. Pode falar-nos deles?

VA Quando comecei a estudar a história colonial portuguesa, havia a ideia estabelecida de que Portugal tinha sido pioneiro na abolição do tráfico de escravos e da escravatura. Hoje, do ponto de vista da historiografia, essa ideia está abandonada. No tempo do Marquês de Pombal, houve uma abolição, a prazo, da escravatura, e em Portugal apenas. A escravatura e o tráfico de escravos mantêm-se no Brasil e em África. Depois, há a abolição legal do tráfico de escravos em Portugal, em 1836, data já tardia. Em Angola e Moçambique continua o



«A maior parte dos historiadores hoje escreve para os seus pares. Isso introduz um fator nefasto, porque a história tem um papel a cumprir na sociedade, a relação entre memória e história é fundamental.»

tráfico de escravos para o Brasil, de forma clandestina, até o Brasil fechar as portas ao tráfico em 1851. Fica então a escravatura em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que, na década de 1870, se transforma no trabalho forçado, muito semelhante à escravatura. Sobretudo em São Tomé e Príncipe, a primeira grande colónia portuguesa de plantação, com mão de obra transportada à força de Angola e Moçambique. As pessoas não são propriedade dos donos das roças, mas não têm liberdade. Isto mantém-se até aos anos 50 do século xx. Em Portugal, não se tem consciência de que foi assim. A denúncia deste estado de coisas fez-se no interior do próprio Estado Novo, mas foi mantido secreto. Os relatórios da Junta de Investigações do Ultramar, a partir de 1955, tinham uma parte pública e outra transmitida apenas a Salazar e a quatro ou cinco ministros. Tenho grande consideração intelectual pelo geógrafo Orlando Ribeiro; mas penso que ele cometeu uma grave falta deontológica, quando, após uma visita à Índia portuguesa, fez um relatório secreto, destinado a Salazar, onde revelava a situação real aí vivida, que nada tinha a ver com a que era propagandeada pela teoria do lusotropicalismo, que então começava a servir de base ideológica ao regime, na questão colonial; mas, publicamente, continuou a defender esta teoria, como se a realidade a não desmentisse. Assim se perpetuavam os mitos.

ULISBOA Em relação às suas ambições coloniais, os recursos de Portugal, a nível financeiro, demográfico, militar, parecem ter sido fracos. Isso pode atribuir-se à administração praticada ou a razões geográficas?

VA Portugal era um país pequeno, pobre, com recursos muito inferiores aos da França ou da Inglaterra. Isso era compensado, em parte, por se dar uma importância central às colónias. Havia uma disponibilidade para ceder recursos e investir, sobretudo no século xx. Quanto à força militar existente nas colónias portuguesas, ela era limitada

em relação à extensão territorial, mas não muito diferente, proporcionalmente, da que França tinha na Argélia, ou a Grã-Bretanha no Quênia. Até aos anos 50, havia a ideia de que África era algo estável, onde a soberania dos povos europeus se iria manter por décadas, e as forças militares nas colónias eram também limitadas. No caso português, embora se diga que em 1961 não havia tropas em Angola ou Moçambique, não é correto. Desde 1959, havia a consciência de que vinha aí uma guerra, ou complicações graves, em Angola. Quando falha o golpe de Estado da Abrilada, anulado a 13 de abril de 1961, põem-se 30 000 militares em Angola, Moçambique e Guiné em poucos meses. Nessa altura, abole-se a censura no que respeita à guerra e há a propaganda de que estão a acontecer coisas terríveis em Angola – como de facto acontecia – para mobilizar o país para combater. O investimento de tropas portuguesas em África é proporcionalmente maior do que o dos EUA no Vietname. John Cann, historiador americano, é um grande admirador dessa maneira de fazer a guerra, e explica como é quase um milagre o que Portugal fez do ponto de vista militar, e diplomático. A diplomacia portuguesa consegue uma obra-prima – nefasta – que só contribuiu para prolongar a guerra.

ULISBOA Que diferenças apontaria na relação de Portugal com as colónias a Oriente e com as colónias em África?

VA Há diferenças fulcrais. Nas colónias da Ásia, legalmente, não há regime de indigenato. São restos do império do Oriente e, como tal, têm uma lógica diferente da que vigora em Angola ou Moçambique. A Portugal interessava manter Macau não do ponto de vista económico, mas mítico. Chegou-se a ter um *modus vivendi* com as autoridades comunistas chinesas, a partir de 1949, que governavam Macau por interpostas pessoas. Em Goa, havia uma comunidade luso-indiana com peso no século xix, e alguns setores a favor da autonomia, mas que não lutavam por uma integração na União Indiana. Era um enclave,

«Estou muito voltado para o que estou a fazer e pouco voltado para os debates. Não me passa pela cabeça escrever um artigo para um jornal e entrar nas polémicas. Posso, sim, entrar no debate escrevendo obras de fundo, disponíveis para quem quiser informar-se.»

que vivia das relações com a própria Índia, difícil de manter e oneroso para Portugal, mas cuja conservação era essencial, do ponto de vista ideológico. Timor é outro caso ainda. Aí, Portugal sustentava-se a partir de alguns grupos étnicos e chefes tribais timorenses, e mantinha o poder pondo uns contra os outros. Em termos gerais, e reportando-me de novo ao período da guerra colonial, é conflagrador ver que há um esforço nacional – acredito que o maior desde 1640 – para conservar o império, que, em grande parte, o governo obriga a fazer, mas que o país aceita, numa causa à partida perdida.

ULISBOA A interpretação lusotropicalista do colonialismo português e a retórica assimilacionista têm ainda influência no estudo do colonialismo português?

VA No estudo, talvez não. Há um fosso entre os estudos académicos e o que a opinião pública apreende. Os historiadores têm estudado o lusotropicalismo de forma distanciada. Na opinião pública, não é assim. A maior parte dos historiadores hoje escreve para os seus pares. O que produzem fica nos repositórios das universidades, ou em revistas especializadas. Isso introduz um fator nefasto, porque a história tem um papel a cumprir na sociedade, a relação entre memória e história é fundamental. Há vinte anos, o envolvimento de Portugal na independência de Timor em relação à Indonésia teve um lado positivo claro, mas não tenho dúvida de que Portugal se empenhou por sentir respon-

sabilidades imperiais. Há semanas, houve quem se escandalizasse porque Espanha se estava a aproximar de Angola, adiantando-se a Portugal – como se Angola não fosse um país independente. Nisto, reaparece a ideia de que Portugal tem ainda uma vocação global, fruto do império. Isso reflete-se nos debates. Por outro lado, no ensino da história, ao nível do secundário, dão-se pequenas pílulas de conhecimento, frases que os alunos têm de decorar, sem haver raciocínio – ressaltando, como é devido, o caso dos professores que conseguem superar esse estado de coisas. Isto é grave no que se refere à vivência de um povo e ao modo como se constrói um futuro.

ULISBOA Num dos seus textos refere, aproximando-se de Eduardo Lourenço, «o carácter bipolar da narrativa identitária portuguesa, sempre oscilante entre a depressão e a euforia». Como caracterizaria atualmente o discurso identitário português?

VA Tenho alguma dificuldade em responder por causa do «atualmente». Estou muito voltado para o que estou a fazer e pouco voltado para os debates. Não me passa pela cabeça escrever um artigo para um jornal e entrar nas polémicas. Posso, sim, entrar no debate escrevendo obras de fundo, disponíveis para quem quiser informar-se. Creio que a bipolaridade da forma de estar portuguesa é profunda, vem de muito atrás. Ora somos os melhores do mundo, ora uma desgraça – sendo que, se formos nós a fazer essa

crítica, aceitamos, mas se for alguém de fora, a rejeitamos em bloco. Convém frisar que Portugal não foge aos parâmetros de outras potências coloniais europeias, não é um caso particular, nem para o bem nem para o mal. E, como historiador, não faço julgamentos. Sigo o historiador Marc Bloch, que defendia uma história neutral e se comparava a um juiz de instrução, que se limita a ouvir as partes, descrever os factos e interpretá-los. O julgamento é para outras instâncias. O que pode ainda ter a ver com o historiador é a questão das instituições. O 25 de Abril foi uma revolução particular, que deixou instituições intactas. Não vi as instituições portuguesas fazerem um exame de consciência sobre como agiram durante o Estado Novo e a guerra colonial. Sem reflexão, não há capacidade de mudar.

ULISBOA Que trabalho está presente-mente a desenvolver?

VA Estou a estudar a Guerra Colonial, analisando-a praticamente mês a mês. Há um livro no prelo que trata do período fulcral do começo da guerra, de janeiro a abril de 1961: a revolta na Baixa do Cassange, a revolta do 4 de fevereiro em Luanda, a revolta do 15 de março, e as repercussões em Portugal. Outro, quase concluído, de abril de 1961 até à queda de Goa, em dezembro de 1961: a reocupação do norte de Angola, as reformas de Adriano Moreira. Depois, se tiver tempo, haverá um outro, de 1962-1963: o período da redefinição dos poderes, a luta por e contra a autonomia. ●

SARA FALCÃO CASACA

Professora associada com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, e investigadora do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. As suas temáticas de investigação têm incidido sobre género e mercado de trabalho, *gender pay gap*, género e organizações, e articulação trabalho-família.

ULISBOA Coordena o projeto *Women on Boards*. Pode explicar-nos de que se trata?

SARA FALCÃO CASACA O projeto foi submetido à FCT numa altura em que estava para ser aprovada uma lei, entretanto em vigor, a Lei n.º 62/2017, que estabelece o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa. O projeto surgiu da necessidade de compreender se a lei iria ter um efeito de transformação na composição destes órgãos, sabendo que Portugal tinha dos valores mais tímidos da União Europeia relativamente à representação de mulheres nos lugares cimeiros das organizações, aquilo que designamos por segregação sexual vertical. Os valores eram muito baixos. Por volta de 2003, havia 3 % de mulheres nas



«Continua a ser esperado das mulheres, mesmo quando têm uma profissão, que a sua principal dedicação seja ao domínio privado, enquanto provedoras do bem-estar afetivo da família. Quando se pensa, por exemplo, no que é um líder eficaz, a representação desse líder conflui com a do papel do homem.»

maiores empresas cotadas em bolsa. 3%! Antes de a lei entrar em vigor, quando foi discutida, por volta de 2017, a percentagem de mulheres nestas empresas andava à volta de 16 %, ainda bastante abaixo da média da UE. A segregação sexual vertical é um dos principais problemas de desigualdade entre mulheres e homens em Portugal. O projeto arrancou em 2018 e estamos a fazer um trabalho exaustivo. Analisamos relatórios de quase 400 empresas, tentando perceber que mudanças as dinâmicas suscitadas pelos órgãos de gestão, após as reuniões eletivas, estão a gerar nestas organizações, e entrevistamos mulheres e homens que integram estes órgãos de gestão para tentarmos perceber que opinião têm do efeito da lei. Não há dúvida de que a lei permitiu acelerar a mudança na representação das mulheres nos órgãos de gestão destas organizações.

ULISBOA A que se deve a sub-representação de mulheres nos cargos de topo das empresas?

SFC Fala-se muito do teto de vidro, uma metáfora que procura descrever a existência de várias barreiras invisíveis nas organizações que vão dificultando a progressão profissional das mulheres, barreiras relacionadas com a cultura, as normas informais, as representações sociais, os estereótipos de género. Eu prefiro outra metáfora, a de labirinto. Porque as causas são complexas, resultam da interseção de barreiras que começam na macroestrutura societal. Há representações estereotipadas sobre o papel social de homens e mulheres. Continua a ser esperado dos homens que sejam os principais provedores

do sustento material das famílias, que se ocupem da esfera pública e se dediquem à profissão. Continua a ser esperado das mulheres, mesmo quando têm uma profissão, que a sua principal dedicação seja ao domínio privado, enquanto provedoras do bem-estar afetivo da família. Quando se pensa, por exemplo, no que é um líder eficaz, a representação desse líder conflui com a do papel do homem. Estas conceções estereotipadas estão na base de uma normatividade social que continua a ditar uma profunda divisão sexual do trabalho. As organizações são o reflexo da sociedade. Quem contrata, quem gere e quem procura emprego tem os seus enviesamentos em função do género. Não existem organizações neutras do ponto de vista do género, todas têm a marca das representações sociais de homens e mulheres. Depois, temos o nível familiar. Em Portugal, há uma profunda assimetria na distribuição do trabalho não pago, no trabalho doméstico e familiar. É outra dimensão a contribuir para a sub-representação de mulheres em lugares de topo. Esta assimetria retira às mulheres disponibilidade para investirem na carreira profissional. Isto tem a ver com os enviesamentos das organizações que estão encostados às suas práticas, políticas e processos internos. Alguns destes enviesamentos são referidos pelas mulheres que entrevistámos. Desde logo, o facto de terem de provar muito mais as suas competências e o seu empenho para que sejam reconhecidas. Como se os homens fossem avaliados com base no seu potencial, não tendo de provar as suas competências, ao contrário das mulheres, que têm de dar sis-

tematicamente provas do seu compromisso e mérito. As mesmas características valorizadas nos homens podem ser desvalorizadas ou alvo de crítica nas mulheres. Por exemplo, um homem muito assertivo pode ser visto como tendo grande capacidade de liderança; já uma mulher muito assertiva é vista como tendo características pessoais difíceis de gerir. As mulheres e os homens não são, desde crianças, socializados da mesma maneira. Há questões que têm de ser trabalhadas muito precocemente desde o pré-escolar, para que raparigas e rapazes percebam que o exercício do poder e da liderança é algo que está ao alcance de ambos. As raparigas e os rapazes devem ter a oportunidade de desejar ser aquilo que realmente querem, de acordo com as suas características genuínas, e não apenas porque existem normas sociais que indicam papéis ou profissões para mulheres e homens.

ULISBOA Tem dito que, para as mulheres, sem independência económica, não há autonomia. Que diferenças existem entre homens e mulheres, em Portugal, a esse respeito?

SFC Em Portugal, a taxa de emprego das mulheres é relativamente elevada, acima da média da UE. A sua participação laboral está também acima da das mulheres dos países da Europa do Sul, aproximando-se mais da dos países do Norte da Europa – uma singularidade interessante. Outra é a de que as mulheres em Portugal trabalham sobretudo a tempo inteiro, praticamente 90%. No caso dos Países Baixos, onde a taxa de emprego das mulheres é das mais elevadas, três em cada quatro mulheres estão a tempo parcial.

«Em geral, as mulheres em Portugal auferem, em média, menos 18 % do que os homens. Mas, quando analisamos as qualificações, verificamos que o diferencial aumenta nos casos em que são particularmente qualificadas.»

Em Portugal, a taxa de emprego é elevada e o comportamento laboral, intensivo; as mulheres trabalham a tempo inteiro, e muitas horas. Outra característica importante é a de termos uma das maiores taxas de emprego de mulheres entre os 20 e os 49 anos, com crianças menores de 6 anos. Enquanto em muitos países da UE a maternidade leva as mulheres à desvinculação do mercado de trabalho, em Portugal a taxa de emprego das mulheres que são mães é superior à das que o não são. Isto levar-nos-ia a dizer que são indicadores favoráveis quando queremos avaliar a independência e a autonomia das mulheres. No entanto, o problema está na fraca qualidade do emprego das mulheres. Têm mais dificuldade em progredir na carreira, estão em profissões menos valorizadas e com remunerações mais baixas. Existe, em Portugal, um diferencial remuneratório muito elevado em desfavor das mulheres. O outro fator é a precariedade. Observando os contratos a termo, sazonais, ou ocasionais, que indiciam precariedade, verificamos que as mulheres têm estado em posição mais vulnerável.

ULISBOA Que dados tem sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, em geral, e nos quadros superiores?

SFC Em geral, as mulheres em Portugal auferem, em média, menos 18 % do que os homens. Mas, quando analisamos as qualificações, verificamos que o diferencial aumenta nos casos em que são particularmente qualificadas. As mulheres com o ensino básico ganham menos 14 % do que os homens, as licenciadas menos 28 %, e as classificadas como quadros superiores, menos 27 %.

Quanto mais escolarizadas e qualificadas, maior é a penalização nas suas remunerações. Coordeno outro projeto no ISEG, «Os Benefícios Sociais e Económicos da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens». Fizemos cálculos mais complexos para ajustar o diferencial remuneratório às características semelhantes de mulheres e homens. Comparando trabalhadoras e trabalhadores com a mesma idade e o mesmo nível de escolaridade, verificamos que a diferença salarial é de 21 % em desfavor das mulheres, superior ao valor médio já referido.

ULISBOA Ainda precisamos de quotas nas empresas e instituições?

SFC Sem dúvida. Em 2020, Portugal tinha 27 % de mulheres nos órgãos de administração das maiores empresas cotadas em bolsa, e a UE, 30 %. Há, no entanto, países muito acima da média. França, com 45 %, tem quotas e legislação vinculativa. Na Europa, a Noruega foi o primeiro país a ter quotas, e atingiu há muito os 40 %, o limiar mínimo de paridade. A Itália e a Bélgica também. Não há dúvida de que, fazendo uma leitura comparada, a legislação tem sido sempre o elemento acelerador da mudança na composição dos órgãos de gestão. Em 2012, inicia-se em Portugal uma abordagem ativa dirigida às empresas cotadas em bolsa, solicitando que definam objetivos para alcançar uma representação mínima de mulheres de 30 %. Houve um empenhamento político para incentivar as empresas a integrarem mais mulheres. Apesar disso, a mudança foi tímida e a distância relativamente à média da UE até aumentou. Quando a lei começou a ser discutida, em 2017, a

representação de mulheres era de 16 %, e no final de 2020 subiu para 27 %, aproximando-se bastante da média da UE. Qual é o problema agora? A percentagem que está a aumentar é a da representação de mulheres em cargos não executivos, com 34 %, enquanto nos cargos executivos é de apenas 16 %. Isto acontece porque a lei estabeleceu limiares aos membros dos órgãos das empresas cotadas em bolsa na sua globalidade, ao contrário do setor empresarial do Estado, em que o limiar mínimo tem de ser atingido tanto para cargos executivos como para não executivos.

ULISBOA Enquanto vice-presidente do Conselho Económico e Social (CES), esteve envolvida numa proposta para uma linguagem neutra e inclusiva. Em que consiste?

SFC Quando fui presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), em 2010, a linguagem inclusiva já fazia parte das políticas públicas, sobretudo dirigidas à administração pública. Não faz sentido que as mulheres continuem a ser subsumidas numa referência ao universal masculino. Vários organismos públicos em Portugal têm já os seus manuais de linguagem inclusiva, ou planos para a igualdade em que uma das medidas é adotar linguagem inclusiva. No CES surgiu, no âmbito de uma comissão especializada, a sugestão de um manual. Nos pareceres, em particular, referir as mulheres e os homens é importante e informativo, porque o uso do masculino universal pode contribuir para ocultar experiências e vulnerabilidades específicas das mulheres. Por exemplo, se só falarmos nas remunerações em geral, a disparidade salarial a que me referi nunca será evidenciada. Como estive, na CIG, pró-

xima destes temas, acarinhei logo a ideia de haver um manual no CES, e fui dando sugestões práticas. Sendo o CES um órgão de concertação e de consulta no domínio das políticas sociais e económicas, fez sentido que este manual fosse apresentado no seu plenário. Estamos agora em fase de analisar os contributos das várias entidades.

ULISBOA Tem um livro sobre trabalho emocional e trabalho estético. Pode explicar-nos esses conceitos?

SFC O trabalho emocional é geralmente realizado no âmbito dos serviços interpessoais – profissões que requerem contacto direto com pacientes ou clientes. Quem exerce estas profissões tem muitas vezes de regular as suas emoções, para exibir naquele contacto as emoções tidas como adequadas; em alguns setores, essas emoções estão mesmo reguladas. A própria forma como as pessoas se apresentam tem vindo a ser regulada, e algumas organizações têm manuais de aparência. Esse é o trabalho estético. Isso levou-nos a identificar, por exemplo, a aparência física como um dos vetores de discriminação no mercado de trabalho.

ULISBOA Podemos dizer que as mulheres são alvo de um olhar enviesado, sendo a sua aparência constantemente analisada?

SFC O escrutínio sobre a aparência pesa muito sobre as mulheres. A uma mulher não basta ser uma boa profissional, empenhada e qualificada. A forma como se exprime, comunica e se veste é alvo de escrutínio. Para muitas mulheres, quanto mais visível é a posição que ocupam e mais poder têm nas organizações, maior é o escrutínio – muitas vezes associado a crítica. Este escrutínio exacerbado é difícil de gerir por algumas mulheres, e pode mesmo contribuir para o seu afastamento de lugares de visibilidade e de poder. O estudo também demonstrou que há discriminação com base na idade. Muitas mulheres em lugares de grande visibilidade, assim que envelhecem, são descartadas, como se já não correspondessem à expectativa social em torno da feminilidade.

ULISBOA Como tem visto a aplicação do teletrabalho em contexto de pandemia?

SFC Uma vantagem evidente é que várias pessoas teriam ficado sem exercer a sua atividade profissional, e as organizações sem funcionar, se não tivessem optado pelo teletrabalho. Por outro lado, nem todas as empresas e profissões se adaptam a essa forma de trabalho. No entanto, teve desvantagens, sobretudo durante o confinamento total. Muitas pessoas sentiram-se esmagadas com o teletrabalho, e os estudos mostram que foi particularmente pesado para as mulheres. Mesmo fora do contexto da pandemia, há uma dimensão de género forte no teletrabalho. As mulheres em teletrabalho fazem-no sobretudo pela necessidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar: têm crianças pequenas ou cuidam de pessoas com necessidades especiais. As razões pelas quais os homens optam pelo teletrabalho são diversas: muitos fazem-no porque lhes permite concentrarem-se mais na atividade profissional, pouparem tempo em deslocações e serem mais produtivos. Muitas mulheres só conseguem concentrar-se na atividade profissional quando as crianças estão a dormir. As crianças tendem a respeitar muito mais o tempo e o espaço ocupado em casa pelo homem, e a própria organização do espaço é diferente. Quando um homem opta pelo teletrabalho, há a preocupação de organizar o espaço doméstico para o efeito, enquanto muitas mulheres trabalham numa parte comum da casa.

ULISBOA Há sexismo na academia?

SFC Há, porque a academia é uma instituição como qualquer outra na sociedade. O que se espera da academia é que tenha massa crítica e potencial para refletir sobre essas práticas menos inclusivas. Há hoje várias universidades com diagnósticos e planos para a igualdade, um reconhecimento de que há muito por fazer nestes contextos. Um exemplo claro diz respeito à carreira docente. As mulheres representam cerca de 45 % dos professores auxiliares, mas só 25 % do total de catedráticos. É o reflexo de um longo percurso que tem de ser

acelerado, para que haja maior igualdade de resultados também na academia. Basta vermos quantas mulheres são reitoras.

ULISBOA Porque decidiu ir para o ISEG e porquê a sociologia do trabalho?

SFC Licenciei-me em Sociologia e fiz o mestrado em Sociologia do Trabalho e das Organizações. Comecei a minha atividade profissional a conciliar a investigação para o mestrado com a consultoria numa fábrica, na Autoeuropa. Isso deu-me uma visão muito útil sobre as relações laborais e a organização do trabalho. Quando abriu uma vaga no ISEG para Sociologia, tinha 27 anos e estava muito motivada. Uma das pessoas que mais contribuíram para a institucionalização e o desenvolvimento da sociologia do trabalho em Portugal foi a professora Ilona Kovács, já aposentada; hoje coordeno as unidades curriculares que ela criou. Entrei em 1998 e, em 1999, tive de começar a pensar no doutoramento. Apetecia-me desviar-me dos temas mais tradicionais que vinha investigando. Um dia, no ISEG, assisti a um seminário sobre o tema «Género e igualdade de oportunidades por ocasião dos 20 anos da Lei da Igualdade». Portugal tinha mudado muito em 20 anos quanto à situação laboral e profissional das mulheres, mas o que havia ainda por investigar, revelar e ajudar a concretizar do ponto de vista das políticas públicas era tanto, que não tive dúvidas de que esse seria o tema para o doutoramento e para a minha vida académica. Um dos primeiros estudos em Portugal sobre a situação das mulheres no emprego, em 1983, foi da professora Manuela Silva, do ISEG, *O emprego das mulheres. A mão invisível da discriminação sexual no emprego*. Esta mão invisível eram os fatores que contribuíam para a discriminação sexual, e que os instrumentos teóricos e metodológicos da economia clássica não conseguiam explicar. O ISEG será sempre um espaço de referência nos estudos de género e nos estudos sobre a situação das mulheres na atividade económica e no emprego em Portugal. •



BRUNO SOUSA

PROVEDOR DO ESTUDANTE DA ULISBOA

Falámos com Bruno Sousa, provedor do estudante da Universidade de Lisboa e professor catedrático aposentado do Instituto Superior de Agronomia. Damos aqui a conhecer o seu testemunho, onde nos descreve as suas funções e faz um balanço dos últimos oito anos.

A figura do provedor está consagrada nos estatutos da Universidade. Um regulamento aprovado pelo Conselho Geral e publicado no *Diário da República* explicita as suas funções. Cada universidade tem o seu provedor e respetivo regulamento; na ULisboa, é um órgão independente. A sua função principal é a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos estudantes de todos os ciclos de ensino, da licenciatura ao doutoramento. Na sua atividade, o provedor visa contribuir para criar e melhorar as condições processuais, estruturais e sociais para o pleno desenvolvimento humano, cultural e científico dos estudantes, garantindo equidade e justiça no tratamento das questões que surgem. Não tem, no entanto, poder de decisão.

Eu já era provedor do estudante da Universidade Técnica, onde comecei a exercer a função em 2012. Quando se deu a fusão, o professor António Cruz Serra teve a amabilidade de me convidar para continuar, e eu aceitei. A Universidade de Lisboa é uma estrutura complexa, com 18 Escolas, unidades orgânicas com características próprias e dispondo de uma autonomia – administrativa, financeira, pedagógica, científica – que tem de ser respeitada, na qual o provedor não pode interferir. O regulamento prevê que o estudante recorra ao provedor apenas quando não consiga resolver o seu problema dentro da unidade orgânica a que pertence. Quando a queixa de um estudante me chega diretamente, sem ter passado pela sua unidade orgânica – pelo conselho científico, pedagógico, ou pelos serviços académicos –,

devolvo-a ao próprio e informo-o de que terá primeiro de recorrer a essas estruturas. Só no caso de não ver satisfeitas as suas pretensões no âmbito da queixa é que ele poderá recorrer ao provedor. Por consequência, chegam-me já casos extremados, que não encontraram solução na unidade orgânica; é aqui que tenho capacidade para intervir. Leio sempre muito atentamente a queixa. Quando não está bem descrita, informo o estudante de que deve formulá-la de acordo com o explicitado no regulamento. Imediatamente, abro um processo e contacto a unidade orgânica, pedindo esclarecimentos. Nunca tomo nenhuma decisão sem ouvir ambas as partes, conciliando as informações de que disponho; só aí posso tomar uma posição.

Os casos mais vulgares estão relacionados com o pagamento de propinas, quan-

«Por ano, há cerca de 100 casos em que tenho de intervir. O ano passado foi excepcional, por causa da pandemia, e chegámos aos 130 casos. Este ano já vamos em 74.»

do há desistência do curso ou anulação de uma matrícula. Os casos mais visíveis dizem respeito à relação entre docente e estudante. Há muitas situações de desencontro de posições, e eu tento conciliar ambas para resolver o problema, sempre dentro dos regulamentos e da legislação em vigor. Não posso abrir exceções, são 50 mil estudantes. Também já apareceram casos complicados, de carácter psicológico, de estudantes com depressões profundas. Com a colaboração das unidades orgânicas, temos encontrado soluções para ajudar. O caso mais grave foi logo no início do mandato, em que houve uma ameaça de suicídio de um estudante. Felizmente, conseguimos resolvê-lo. Houve também casos, raros, relacionados com os alojamentos, que se solucionaram rapidamente com a intervenção dos Serviços de Ação Social. Há sempre os problemas das avaliações, nas respetivas épocas, janeiro-fevereiro e junho-julho. A percentagem de resoluções favoráveis nos casos das avaliações é grande, mas nos casos das relações entre docentes e estudantes é menor. Fui docente durante 40 anos, sei quais os problemas dos estudantes. Por vezes, consigo encontrar uma solução, mas, noutros casos, não é possível de todo, porque o regulamento ou a legislação não o permite.

Quando a situação é demasiado complexa e não tenho capacidade para fazer a leitura correta, recorro aos serviços jurídicos da Reitoria, normalmente ao Dr. Gonçalo Eça, que me tem ajudado na interpretação da legislação, e que muitas vezes também contribuiu para a elaboração de pareceres, tendo sido uma peça fundamental na minha

atividade. Por vezes, esses pareceres não vão ao encontro da posição que a unidade orgânica toma. No ano passado isso aconteceu quatro vezes. Quando os responsáveis, normalmente os diretores ou presidentes, não estão de acordo connosco, eu comunico-o ao senhor Reitor e ele reencaminha o processo da forma que entende, porque é a ele que compete, a partir daí, dar seguimento.

Por ano, há cerca de 100 casos em que tenho de intervir. O ano passado foi excepcional, por causa da pandemia, e chegámos aos 130 casos. Este ano já vamos em 74. Os períodos com mais queixas têm sido o início do ano letivo, por questões relacionadas com as propinas, e as épocas de avaliação. Os casos que chegam fora destas épocas normalmente estão relacionados com dificuldades em obter certidões, lançamentos de notas, e resolvem-se com relativa facilidade com a intervenção do provedor.

Ao longo destes oito anos, temos encontrado sempre uma boa colaboração da parte de todas as unidades orgânicas. Os responsáveis têm respondido às minhas intervenções, às vezes de uma forma mais demorada. Eu compreendo a urgência do processo, o estudante tem sempre pressa em resolver os seus casos. Que me lembre, o caso mais complicado que tive demorou 140 dias, mas era bastante complexo: resolveu-se favoravelmente, permitindo que o estudante terminasse logo a licenciatura.

Entendemos que o estudante é responsável pelos seus atos. Por isso, a não ser que a pessoa que não seja o estudante venha munida de uma procuração, não aceitamos

a queixa. Muitas vezes os pais pedem ajuda para resolver um caso do estudante, mas é explicado que o provedor não aceita casos que não estejam devidamente autorizados em face da legislação por uma procuração. Às vezes são advogados, outras vezes são familiares. Mas, na maioria dos casos, são os estudantes que intervêm diretamente.

Sempre fui muito chegado aos estudantes durante toda a minha vida profissional, enquanto docente. Muitas vezes vinham falar comigo, socorriam-se de mim para conversar ou resolver algum problema, não como provedor, mas como docente. Daí talvez o convite para provedor do estudante.

Fui professor no ISA, aposentei-me há dez anos, mas nunca deixei de continuar ligado à Universidade. Ainda acompanho projetos de investigação a decorrer com antigos estudantes de doutoramento. A atividade de provedor é *pro bono*, faço-o para manter a minha vida próxima da dos estudantes.

Faço um balanço positivo destes oito anos como provedor, e a melhor prova que tenho são as respostas de agradecimento dos estudantes, bem como o reconhecimento dos dirigentes das unidades orgânicas. Sinto-me satisfeito com a minha atividade, e penso que tenho dado um contributo importante para que os estudantes se sintam mais protegidos nas atividades que desenvolvem na Universidade. Há situações que, com muita pena minha, não consigo resolver; a vontade de ajudar é muita, mas não posso ultrapassar os limites, nem abrir exceções. •



© Ana Luísa Valdeira

ANA JOTTA

A artista plástica abriu-nos as portas da casa «que anda a fazer» há 40 anos, repleta de objetos incontáveis. É impossível destrinçar o que é arte e o que é de uso apenas. Ana esclarece-nos: é a mesma coisa. E é tudo ela.

ULISBOA Diz ter nascido artista.
ANA JOTTA Sim.

ULISBOA Soube logo para que arte tinha nascido?

AJ Esta arte de ter nascido artista? [Risos] Nasci artista, mas não sei definir o que é. Tudo o que tenho produzido é irracional. Não sei de onde vem. Todos devemos ter um armazém de coisas que depois saem ou não saem, ou então saem transformadas, no caso de um artista. Sou uma transformadora. Nasci para uma arte irracional, sem ordem.

ULISBOA Como foi a experiência na Faculdade de Belas-Artes?

AJ Entrei no ano do Eduardo Batarde e do Gaëtan Oliveira. Era a mais nova. Nessa altura podia-se entrar com o 5.º ano antigo. Mas as famílias portuguesas diziam «para as Belas-Artes, não» e eu tive de fazer o 6.º e o 7.º anos de Germânicas e Românicas, tendo avisado os meus pais de que não tinha a menor intenção de continuar porque não queria ser

professora. Depois entrei em Pintura, com 16 anos. Não achei graça nenhuma. Andei por lá um ano a desatinar, a fazer as delinquências da juventude. Achei por bem ir-me embora. Passado um tempo fui para Bruxelas, onde fiquei até aos 20 anos. Inscrevi-me na École L'Abbaye de la Cambre, num curso de tapeçaria. Era a única aluna. Sempre me interessei por artes decorativas e a Bélgica tinha uma grande tradição de tapeçaria. Fiquei dois anos com um garfo a pôr fio sobre fio num tear de *haute-lisse*. Também não acabei o curso. Voltei para Lisboa.

ULISBOA Houve alguma razão para escolher Bruxelas?

AJ Era um sítio para onde poucos iam. Os meus amigos iam para França ou Inglaterra e eu achei graça à Bélgica por ser um país pequeno como o nosso, mas mais central, onde existiam tradições que me interessavam. Foi uma escolha ao lado. Ando sempre pelos lados.

ULISBOA Foi sozinha?

AJ Fui. [Pausa]

ULISBOA Disse numa entrevista que lhe é irresistível falar de si própria.

AJ Gosto de conversar. Não sou muito sociável, sou um bocadinho misantropa, mas, quando me apanho com alguém, o que é raro, não me calo. A mente de qualquer artista, imagino eu, é egocêntrica. Deve estar incluído neste pacote. É a conversar que vou descobrindo coisas que estão na minha máquina interior. É o que se chama discorrer. Gosto de estar com pessoas e conversar por ser raro e me dar prazer.

ULISBOA E quando está com pessoas não pensa em estar mais vezes?

AJ Não. É como os temperos das comidas. [Risos]

ULISBOA Diz que as coisas que faz não têm sentido. Como separa o pensamento das peças que vai criando?

AJ Não penso. Detesto pensar. Posso discorrer e, se me der ao trabalho, consigo ter um pensamento claro. Até sou bastante

inteligente e atinada. Mas a trabalhar não sou racional. Quando trabalho, não penso.

ULISBOA E quando toma notas no seu caderninho, não está a pensar?

AJ Não, estou a deambular.

ULISBOA Que tipo de notas são?

AJ Cada página tem uma nota e uma data. Podem ler.

[«Vou aqui e já venho», 27.09.19.

«... se não choro, não me divirto», 18.08.19.]

ULISBOA São coisas que vê e lê?

AJ Coisas que vejo. É o meu fundo de maneio. Daqui pode nascer o título de uma exposição que ainda não existe. Ou de um trabalho. Devo ter uns 100 caderninhos. Uma vez fui a uma padaria em Paris comprar os *croissants* da manhã e o papel da padaria dizia: «Un jour sans pain, un jour sans soleil.» Adoro esta frase. Gosto de brincar com palavras. É possivelmente o que desbloqueia a minha maneira de funcionar e trabalhar. Se tentar ler *pain* em inglês, chego à palavra «dor». Estes jogos linguísticos fazem parte do nosso tricô, da nossa maneira de existir. O que anoto são coisas que me batem, entram e depois saem noutro feitio. É aí que entra o artista que transforma.

ULISBOA Em muitas peças, apropria-se de objetos comuns, transforma-os e atribui-lhes um título. É impossível não fazer a ligação com o dadaísmo. Concorda?

AJ Absolutamente. Os Dada não têm a ver com a razão, mas com a natureza. E a natureza é mais perfeita do que tudo o resto. Como Hugo Ball dizia, «Dada is for nature, against art».

ULISBOA Uma obra de arte pode ser explicada? Se lhe perguntarmos o que é *As Patas*, o que responderia?

AJ *As Patas* dos gatos? É simples. Gosto muito de gatos. Planto-os e eles crescem imenso. Vou guardando os gatos velhos e, para esse trabalho, mandei-os passar a bronze. Na exposição *A vida é um palco*, faziam o lugar do público. A exposição era uma reprodução do meu ateliê, com objetos e bordados. Era um

palco à italiana: o palco no fundo da galeria, o ateliê, e uma fila de *Patatas*, o público. De vez em quando passo coisas a bronze. Cortei uns pães que pareciam umas pantufas – adoro dormir e estar de pijama – e depois passei-os a bronze. São pantufas de bronze feitas a partir do pão. Cá está o *pain* e a *pain*. A minha maneira de funcionar parece retorcida, mas não, apenas não se apoia na ideia e na lógica.

ULISBOA A Ana não explica a peça, mas conta a história de como a construiu.

AJ Pois, não há uma ideia, há uma história. A ideia é só fumaça. [*Pausa*] Um artista manual como eu é um amador profissional. Comecei pelas artes decorativas e agora vou voltar à pintura. Sempre me considereei uma pintora, mas a pintura fugiu-me. É mais fácil fazer objetos tridimensionais do que estar reduzida a uma parede, tela, ou papel. Mesmo que tenha estado a marrar com a superfície, quero agora voltar à pintura.

ULISBOA Sente que é algo que tem de fazer?

AJ Sim. Sinto necessidade de me reduzir.

ULISBOA Por oposição a algum excesso?

AJ Não, apenas me quero reduzir ao mínimo, pincel e superfície, papel e borracha, as coisas mais simples do mundo. Gosto de me sentir pobre como Job.

ULISBOA A sua obra parece cruzar tempos distintos, misturando técnicas clássicas e objetos contemporâneos. Ao pintar sobre telas de projeção, está a recriar o modo clássico de pintar, substituindo a tela e o cavalete por um ecrã?

AJ Vou explicar os ecrãs. Estava no meu ateliê e o Ricardo Nicolau aparece para me convidar a fazer uma exposição. Ficámos a conversar e depois fomos almoçar. Durante o almoço, para me safar ao convite, saio-me com esta: «Se eu tivesse uma quantidade de ecrãs, talvez fosse possível.» [*Risos*] Pensei que não me falavam mais. Mas não. Meu dito, meu feito: apareceram-me 16 ou 20 ecrãs e percebi que ia para a frente. Os ecrãs causam-me um efeito extraordinário, não sei se por gostar muito de cinema. Nessa altura, ia todos os dias, à uma da tarde, às Amoreiras

ou ao Corte Inglés, e fazia *zapping*. Pagava um bilhete e entrava em todas as salas. Dava-me um descanso imenso, sobretudo as salas às escuras. Aquela superfície branca entre o cavalete e o cinema despertou um efeito... Fiz a exposição [*S/he is her/e*]. Pinte 16 em dois meses. Tudo à mão. Há gente que pensa que são serigrafados, mas foi tudo com o pincel. São em acrílico e dois a óleo: *Mademoiselle Rivière*, feito a partir da pintura do Ingres, e *Mirage*, uma estrada à noite.

ULISBOA O da estrada parece uma fotografia.

AJ Eu tenho muito jeito. [*Risos*] Quando era pequena, passava horas com uma lente a copiar notas de 20 escudos. [*Risos*] O que eu gostava mesmo de ser, nessa altura, era uma falsificadora. Copiava gravuras, minuciosas. Mas não é algo que abone a favor do artista. Deve, aliás, contrariar-se. Não é do jeito que vem uma boa peça de arte, é de outra coisa que está num outro sítio, diferente da mecânica do fazer.

ULISBOA As suas peças têm títulos nada óbvios. Como as intitula?

AJ Não sei. Ainda não comecei a pintar, mas já tenho o título: *Pintura Verde*. Saltou-me a meio da noite, no outro dia.

ULISBOA Pode funcionar como um impulso para começar?

AJ Sim. O título é uma grande ajuda, apesar de o mais garantido ser que nada venha a ter de verde. É assim que a coisa vem. Vai ou vem.

ULISBOA Alguns títulos parecem brincar com a linguagem, outros são apropriações de outros títulos.

AJ É a minha base, brincar com a linguagem. Convidaram-me para uma exposição em Arraiolos [exposição coletiva *A linha está ocupada*] e vou mostrar um tapete que fiz lá, com um fundo amarelo, *Parti chercher du white spirit*. É o título de um trabalho de Walter Swennen, um artista belga da minha idade. É o título perfeito para aquele tapete. Melhorou-o imenso.

ULISBOA Swennen que disse ser da sua família artística.



«Nunca deitei nada fora, gosto de tudo o que faço.»

«Toda a minha vida fiz o que me apeteceu. É uma questão de apetite. Se uma pessoa tem vontade e energia, pode fazer.»

AJ Quando saí da exposição dele na Culturgest [em 2013], estava num estado de alegria e de euforia raríssimo. Há poucos artistas assim, e eu vou a poucas exposições porque as acho uma neurastenia pegada.

ULISBOA Vai estar na exposição *Tudo o que eu quero. Mulheres Artistas Portuguesas de 1900 a 2020*, na Gulbenkian. É uma exposição singular, apenas com obras de mulheres.

AJ Dividir homens e mulheres não faz sentido: há bons ou maus artistas. As mulheres portuguesas tiveram pouca possibilidade de saltar cá para fora, mas algumas boas saltaram. Saltaram também péssimas, com uma sensibilidade feminina, que trabalham com as tripas e o coração. Isso são maus artistas, e pode acontecer seja-se homem ou mulher. Apesar de tudo, homens e mulheres manifestam-se de maneiras diferentes, porque são dois géneros diferentes, que servem para procriar.

ULISBOA O motivo para a divisão poderá ser a primazia dada aos homens até certa altura?

AJ A primazia continua a ser dada. Fazer essas exposições é o mesmo que ir para a frente do Parlamento manifestar-se pela cultura. Nunca pedi um tostão ao Estado. Os artistas sabem que o dinheiro dado à cultura é uma esmola. O melhor é virarem-se para outro lado e fazerem coisas mais baratas, com o que tiverem à mão.

ULISBOA Nunca sentiu o peso do género?

AJ Nunca, sempre senti a maior liberdade. Toda a minha vida fiz o que me apeteceu. É uma questão de apetite. Se uma pessoa tem vontade e energia, pode fazer. O «e depois, como é que sobrevivemos?» é mentira; depois, cai-se como se cair, e possivelmente caímos bem, se tivermos energia suficiente.

ULISBOA Há alguma artista portuguesa de quem goste muito?

AJ Salette Tavares, Lourdes Castro, Vieira da Silva, mas não fico em êxtase. Gosto de poetisas, escritoras. Os portugueses não têm jeito nenhum para as artes plásticas, mas são muito bons escritores e poetas. Foram e

podem ser muito bons em artes decorativas, mas não estão interessados.

ULISBOA Afirma-se excêntrica, marginal. É uma posição política?

AJ Tudo o é, porque tudo tem de ser encaixado. Sou excêntrica, não estou no centro. Não gosto de ter um foco em cima da cabeça. Quero que me deixem em paz e não me macem. Nunca votei. Este país esteve adormecido, enclausurado, durante muitos anos, numa ignorância total. Somos mansos. Não tivemos uma guerra, nem medo. Continuamos a viver num casulo, protegidos e obedientes. Ter medo pode provocar um impulso vital; não o medo que faz ficar calado, o medo que faz fugir para a vida.

ULISBOA O uso de algumas técnicas, como o bordado, é uma reação?

AJ Não, é puro apetite. No liceu, havia a disciplina de labores femininos. Tinha horror àquilo, mas, 50 anos depois, apetece-me bordar. Não sei bordar, faço o chamado pontapé de flor [risos] e dá-me imenso prazer. Vejo e sinto o que se passa, mas não reajo a isso diretamente, antes trabalhando no que me apetece.

ULISBOA Já deitou fora algum trabalho?

AJ Tenho poucas coisas que não tenham sido vendidas, dadas ou estejam expostas. Tento sempre guardar uma de cada, mas ainda não consegui. Há coisas que guardo e depois transformo noutras. Nunca deitei nada fora, gosto de tudo o que faço. Mesmo que ache que não é bom material, fica a aboborar.

ULISBOA Por que diz que não gosta de ter nascido? E agora que cá está, o que a faz viver?

AJ Tudo o que é possível e imaginário. Gosto muito de viver. Acho ordinário da parte dos pais fazerem um filho só a seu bel-prazer. Não tenho filhos, mas não o faria. Se me tivessem perguntado, dizia: «Não quero!» Mas, já que me puseram aqui, tiro o melhor partido. Apesar de não gostar, em geral, de pessoas, isso não me impede de ter a maior das liberdades e muitos prazeres. E desprazeres, faz parte. A dor pode ser boa, pode fazer bem às pessoas. Se não gostasse de estar viva, não tinha esta energia que tenho. •



**IMPrensa
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**FEIRA DO LIVRO
DE LISBOA 2021**

26 ago - 12 set

